



Terrorismo

ESPECIALISTAS MOSTRAM QUE NÃO EXISTE
CONSENSO SOBRE O SEU SIGNIFICADO

HISTÓRIA

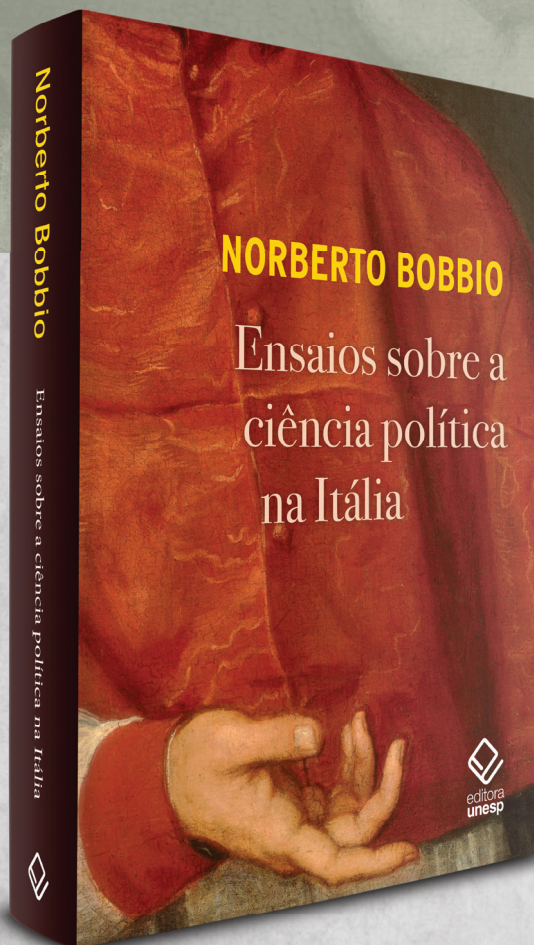
ACADEMIA BRASILEIRA DE
CIÊNCIAS FAZ 100 ANOS

MEMÓRIA

HOMENAGEM AO BOXEADOR
MUHAMMAD ALI



Na visão realista da política reina o pessimismo



Em um conjunto de textos, reunidos em *Ensaio sobre a ciência política na Itália*, **Norberto Bobbio** analisa a teoria das elites e desnuda os jogos de interesses das classes políticas.

Confrontando as ideias de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, retoma a vertente realista que observa esse mundo com um olhar desencantado.

Como coloca o pensador italiano, esta linha teórica não se recusa a trabalhar com o pensamento utópico e com as ideologias, mas considera que a ciência política, “em seu professorado realismo, por um lado, ensina a desconfiar das seduções do pensamento utópico; por outro, propõe-se a libertar a ‘verdade efetiva’ do véu com que as ideologias a recobrem”.

Eliminando a ilusão de diminuir o poder da classe política e ampliar a democracia direta, o realismo toma então para si a tarefa de desmistificar a ideologia dominante, que impede a transformação da sociedade. Um debate absolutamente atual sobre democracia e classe política.

364 páginas • R\$ 76



Governador

Geraldo Alckmin

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia
e Inovação

Márcio França



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Julio Cezar Durigan

Pró-reitor de Administração

Carlos Antonio Gamero

Pró-reitor de Pós-Graduação

Eduardo Kokubun

Pró-reitor de Graduação

Laurence Duarte Colvara

Pró-reitora de Extensão Universitária

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Pró-reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Secretária-geral

Maria Dalva Silva Pagotto

Chefe de Gabinete

Roberval Daiton Vieira

Assessor-chefe da Assessoria de

Comunicação e Imprensa

Oscar D'Ambrosio



Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-presidente

Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Editor-executivo

Túlio Kawata

Superintendente administrativo e financeiro

William de Souza Agostinho

unesp*ciência*

Diretor de redação Oscar D'Ambrosio

Arte Hankó Design (Ricardo Miura)

Assistente de arte Andréa Cardoso

Colaboradores Érika de Moraes, João Eduardo Hidalgo, José

Roberto Fernandes, Juarez Xavier, Mariana Montez Carpes,

Maurizio Babini, Natália Bolfarini Tognoli, Oscar D'Ambrosio,

Sérgio Mauro, Tadeu Siqueira, Vanderlan Bolzani, Vinicius

Dantas (texto); Fabiana Manfrim (foto)

Revisão Maria Luiza Simões

Projeto gráfico Hankó Design (Ricardo Miura)

Produção Mara Regina Marcato

Apoio de internet Marcelo Carneiro da Silva

Apoio administrativo Thiago Henrique Lúcio

Endereço Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar,

CEP 01049-010, São Paulo, SP. Tel. (11) 5627-0327.

www.unesp-ciencia.com.br

revistaunesp-ciencia@reitoria.unesp.br

Impressão Coan Gráfica

Tiragem 6 mil exemplares

É autorizada a reprodução total ou parcial de textos e
imagens desde que citada a fonte. Os artigos assinados não
refletem necessariamente a opinião da Universidade.

O impossível não existe

Quando se pensa em terrorismo, um ato emblemático é o ocorrido em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, quando dois aviões sequestrados se chocaram contra as torres gêmeas em Nova York e, posteriormente, um outro se chocou contra o Pentágono para intimidar o governo norte-americano. Porém, a questão é bem mais complexa e, em busca de ampliar a discussão conceitual do termo, entrevistamos dois professores da Unesp especialistas no assunto.

A edição segue ainda outros desafios: lembra os 40 anos do curso de Ecologia de Rio Claro, aponta os caminhos que rodeiam leis ambientais, olha para a energia nuclear sem preconceitos, lembra os passos no ringue e na vida de Muhammad Ali e mostra a importância de celebrar o Dia Internacional dos Arquivos.

A poesia de Emily Dickinson, a italianidade do interior paulista, o gênio inquieto de Leonardo da Vinci, o pícaro Miguel de Cervantes, o mundo mágico da cerâmica, a reflexão sobre o Dia da Europa, os 100 anos da Academia Brasileira de Ciências, o talento do compositor Érik Satie e a língua portuguesa como local de ideologia e empoderamento também são tratados nesta edição.

Ao longo desta edição, que sonha com um mundo sem terrorismo de espécie alguma, algo que alguns podem julgar impossível, deixamos uma frase do lutador de boxe mais próximo da filosofia que o mundo já conheceu: Muhammad Ali.

“O impossível é apenas uma grande palavra usada por gente fraca, que prefere viver no mundo como ele está, em vez de usar o poder que tem para mudá-lo, melhorá-lo. Impossível não é um fato. É uma opinião. Impossível não é uma declaração. É um desafio. Impossível é hipotético. Impossível é temporário. O impossível não existe.”



6

40 ANOS DO CURSO DE ECOLOGIA DE RIO CLARO

Tradição e vanguarda no ensino de ecologia para graduandos

TADEU SIQUEIRA

ARQUIVOLOGIA

Por que celebrar o Dia Internacional dos Arquivos?

NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI



30



22

CÓDIGO FLORESTAL

O retrocesso da lei ambiental

JOSÉ ROBERTO FERNANDES CASTILHO



10

TERRORISMO

Mas o que é terrorismo, afinal?

ENTREVISTAS A OSCAR D'AMBROSIO



36

EDUCAÇÃO

O gênio inquieto de Leonardo da Vinci

SÉRGIO MAURO



24

MEMÓRIA

Obrigado,

Muhammad Ali-Haj

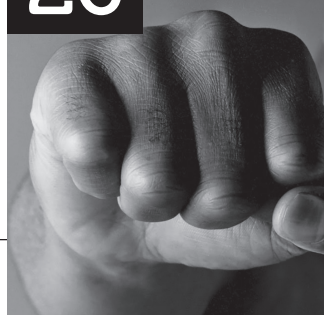
JUAREZ XAVIER

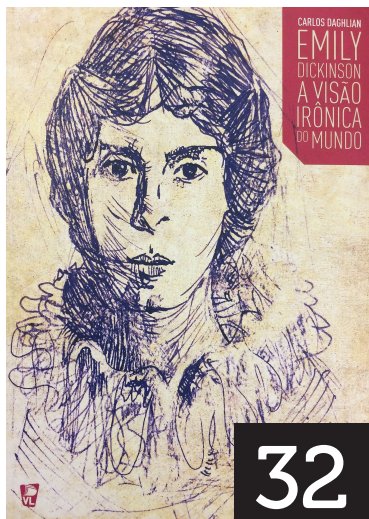
26

ENERGIA

O "patinho feio" das fontes geradoras

MARIANA MONTEZ CARPES





32

38
HOMENAGEM
O pícaro Miguel de Cervantes
JOÃO EDUARDO HIDALGO



POESIA
Uma via irônica para a poesia moderna
VINICIUS DANTAS



40

ARTE E CULTURA
Objeto cerâmico como elemento da cultura
OSCAR D'AMBROSIO



48

FOTO DO MÊS
Homenagem a Érik Satie
FABIANA MANFRIM



44

POLÍTICA INTERNACIONAL
Dia da Europa
MAURIZIO BABINI



35

LEITURA
Italianidade no interior paulista



46

SOLENIIDADE
Academia Brasileira de Ciências completa 100 anos
VANDERLAN BOLZANI



50

OPINIÃO
Língua, ideologia e empoderamento
ÉRIKA DE MORAES







Tradição e vanguarda no ensino de ecologia para graduandos

TEXTO REFLETE SOBRE OS 40 ANOS DO CURSO DE ECOLOGIA DE RIO CLARO

O que eu posso dizer de um curso de graduação que tem mais anos de existência do que eu tenho de vida? O que eu posso dizer de um curso de graduação em que eu atuo como docente há apenas cinco anos? Bem, apesar de ser relativamente novo por aqui, eu certamente posso dizer que os últimos cinco anos do curso de graduação em Ecologia da Unesp de Rio Claro foram agitados e marcados por mudanças – algumas boas, outras ruins. Assim como a Unesp, estamos em um momento importante para o planejamento do futuro.

Quando eu ainda era um graduando em Ciências Biológicas na Universidade Federal de São Carlos, no final dos anos 90, eu costumava escutar que os alunos da Ecologia de Rio Claro tinham duas principais características: eram bons em trabalho de campo e bons em análise de dados. Lá em São Carlos alguns de nós tínhamos inveja dos alunos de Rio Claro – eu mais por conta dos cursos de análises de dados. Eu sei que turmas de graduandos nunca são homogêneas (ainda bem!) e muitos alunos da Ecologia tinham outras características mais marcantes – o curso

é de natureza interdisciplinar; alguns gostam de plantas, outros de bichos, outros de ciências humanas (e alguns não gostam de nada). Mas essa fama, perpetuada até hoje, era consequência das corriqueiras excursões de campo, incluindo desde viagens curtas aos arredores de Rio Claro até excursões de uma semana ao litoral, e da carga horária dedicada aos cursos de cunho mais quantitativo, como “Modelos estatísticos em Ecologia” e “Ecologia Quantitativa”. O responsável por essas disciplinas, o professor Miguel Petreire, liderava um grupo de pesquisa fortemente interessado em análises numéricas – por ali circulavam seus alunos e agregados de outros orientadores. A Unesp de Rio Claro povoou algumas universidades e institutos de pesquisa brasileiros e estrangeiros com ex-alunos da Ecologia e do grupo do professor Miguel, que hoje ministram aulas e conduzem pesquisas com forte viés estatístico. Um desses ex-alunos, o professor Luis Mauricio Bini (Universidade Federal de Goiás), veio a ser meu orientador de doutorado e supervisor de pós-doutorado, ajudando a me transformar em



Tadeu Siqueira,
docente do
Departamento de
Ecologia, Instituto
de Biociências de Rio
Claro.



© Arquivo / Reitoria Unesp / ACI



alguém com grande interesse em modelagem estatística aplicada à ecologia.

Numa dessas coincidências da vida, depois de alguns concursos pelo Brasil, eu fui contratado pela Unesp justamente para substituir o, à época, recém-aposentado professor Miguel e assumir as duas disciplinas de análise de dados do curso de Ecologia. Eu fui o quarto contratado pelo Departamento de Ecologia só em 2011. Todas as quatro contratações foram em função da aposentadoria de docentes. Nos anos seguintes outros colegas se aposentaram, porém nem todos foram substituídos por novos docentes. Linhas de pesquisa foram extintas localmente e não foram retomadas. Isso impactou negativamente o curso de graduação, pois cursos ministrados por docentes substitutos temporários tendem a reduzir o envolvimento entre o docente e os graduandos, já que nesses moldes o docente não desenvolve pesquisa ou extensão.

Meus colegas e eu chegávamos em 2011 com a responsabilidade de manter a qualidade e tradição do curso, e também, como qual-




bolsistas de iniciação científica nos projetos vinculados ao PPG.

Outra grande mudança que pode acontecer nos próximos anos, mas que ainda depende de algumas etapas, é uma reestruturação curricular do curso de graduação em Ecologia. Para manter e melhorar a qualidade do curso, sua estrutura curricular deve acompanhar o desenvolvimento teórico e metodológico da ciência e a inovação, particularmente em relação aos métodos de ensino. Um grupo formado tanto por docentes jovens quanto por docentes mais experientes do conselho de curso tem trabalhado nos últimos dois anos nesse sentido, alinhando uma proposta de reestruturação. Apesar de o curso existir há 40 anos, houve apenas uma grande reestruturação curricular, implantada

A UNESP DE RIO CLARO SEMPRE ESTEVE NA VANGUARDA DO ENSINO DE ECOLOGIA PARA GRADUANDOS NO BRASIL

quer jovem, com muita vontade de trazer novas ideias. Logo no início, junto com colegas mais experientes, ajudamos a criar o Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biodiversidade. Ter um programa de pós-graduação dentro da mesma temática do curso de graduação traz muitos benefícios aos graduandos. Primeiro porque os graduandos têm mais uma opção de continuar seu aperfeiçoamento na área em um ambiente acadêmico que já conhecem. Segundo porque eles se beneficiam do contato direto com alunos de mestrado e doutorado através dos projetos de pesquisa ou participação em aula dos pós-graduandos. Muitos dos mestrandos e doutorandos do nosso PPG vieram de outras universidades, o que enriquece ainda mais o contato entre graduandos e pós-graduandos. Ter o PPG em Ecologia e Biodiversidade no câmpus também aproximou mais ainda os docentes aos discentes da graduação, pois os projetos de pesquisa geralmente incluem oportunidades de iniciação científica. Atualmente temos mestrandos e doutorandos que são ex-alunos do curso de graduação em Ecologia, e alguns

em 1993 – outras quatro alterações menores ocorreram desde sua criação. A nova proposta leva em consideração avaliações feitas por todas as partes envolvidas (alunos, docentes, membros do conselho de curso de graduação, avaliações externas) e vai na direção da adoção de novas metodologias de ensino que atendam às tendências recentes do ensino superior. A inovação na relação discente-curso é um dos principais objetivos da reestruturação, primando por um segmento discente independente e proativo no seu processo de formação, pela introdução de um rol atualizado de disciplinas eletivas e pela otimização dos horários livres para que os alunos possam realizar as demais atividades formadoras extraclasse, como estágios, extensão e iniciação científica.

A Unesp de Rio Claro sempre esteve na vanguarda do ensino de ecologia para graduandos no Brasil. Para manter essa tradição, precisamos promover as virtudes que foram construídas ao longo desses 40 anos e superar os desafios atuais e futuros, sempre buscando a excelência na formação de ecólogos. 

Vista das torres do World Trade Center, em Lower Manhattan, New York City, depois dos ataques de 11 de setembro.



Mas o que é terrorismo, afinal?

PARA ESPECIALISTAS DA UNESP, CONCEITO É UM DOS MAIS USADOS SEM UMA DEVIDA REFLEXÃO

Para discutir o conceito e o estágio de terrorismo no mundo de hoje, a revista **unespciência** entrevistou dois especialistas da área da Universidade: Héctor Luis Saint Pierre, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca; e Sérgio Luiz Cruz Aguilar, da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Fez a ambos as mesmas três perguntas com o objetivo de gerar um amplo material para pensar cada vez mais e melhor o tema.

UC SENDO ESPECIALISTA NA ÁREA, COMO O SENHOR AVALIA A ATUAL EXISTÊNCIA DE AÇÕES TERRORISTAS NO MUNDO? ELAS VÊM CRESCENDO DE FATO OU APENAS ESTÃO SENDO MAIS DIVULGADAS PELA MÍDIA?

HÉCTOR LUIS SAINT PIERRE O conceito de "terrorismo" é um dos mais usados por políticos

e jornalistas e um dos menos refletidos. Na verdade, o escopo semântico desse conceito goza de uma elasticidade assombrosa que satisfaz as necessidades de todo político para eliminar oponentes. Tenho trabalhado especificamente o conceito de "terrorismo" desde muito antes do 11/9, que funcionou como um ímã de "especialistas" oportunistas (<https://goo.gl/Sryw2Z>).

Ele foi usado amplamente durante as ditaduras militares para se referir aos movimentos de resistência armada, antes disso foi empregado pelo governo francês para se referir ao movimento de liberação da Argélia. Depois do 11/9, em que os EUA facilitaram créditos para a luta contra o terrorismo, todos encontraram terroristas no seu próprio quintal. Assim, o presidente da Colômbia Uribe mudou o apelativo



Acima, cerca de 18 mil militantes participam da marcha de encerramento do 5.º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Brasília, 14 de junho de 2007.

Ao lado, chegada de 23 supostos colaboradores de narcoterrorismo à cidade de Lima, que foram presos na VRAEM.



de “narcoguerrilha” para “narcoterrorismo” para se referir às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular.

No Peru, o presidente Toledo marcou movimentos indígenas ambientalistas também como “terroristas”. No Brasil, o ministro da Reforma Agrária do governo FHC, Raul Jungmann, tentou enquadrar o MST como grupo “terrorista”. Hoje o Congresso brasileiro brinca com uma bomba de tempo discutindo uma Lei Antiterrorista para enquadrar movimentos sociais sem refletir sobre as consequências disso.

Por isso prefiro empregar a palavra “terrorista” como adjetivo e não como substantivo. Primeiro, porque o que é terrorista é o ato que visa estrategicamente provocar terror e não a tomada do poder. Atos terroristas são empregados por todos os exércitos para diminuir a resistência do inimigo e por muitos governos para paralisar a oposição, o que não torna terroristas nem esses exércitos nem esses governos.

Não há critério objetivo para determinar que grupo é terrorista e qual não. O único critério é o de pertença à lista de grupos terroristas, assim, terrorista será todo grupo incluído nessa lista. Mas quem define que grupos pertencem a essa lista? Com que critérios? São critérios definicionais do tipo “gênero próximo e diferença específica” ou meramente políticos? Se são políticos obedecem ao capricho de quem?

Note-se que o grupo comandado por Bin Laden, considerado num momento “Guerreiros da Liberdade” pelos Estados Unidos, noutro momento passou a ser considerado “terrorista”, muito embora mantivesse o mesmo ordenamento ideológico e táticas operacionais. Assim, hoje se publicitam muitos atos como sendo terroristas sem discutir sequer se realmente são terroristas e em função do que o são.

O próprio Estado Islâmico, que cometeu abomináveis “atos terroristas”, hoje combate com características convencionais: ocupação de território, uniformes e bandeiras, armamento convencional, controla a lei e a ordem nesse território...

Suas práticas são inaceitáveis, mas de que

serve catalogá-los como terroristas se devo combatê-los convencionalmente? Não obstante a ampliação semântica do conceito, hoje os atentados ou ataques terroristas diminuíram. Minha impressão é que esta diminuição deve-se menos aos cuidados tomados pelos países e mais ao fato de que a repetição dos atos de terror banaliza os atos e estes perdem eficácia.

Até as degolas do EI diminuíram e quase pararam, porque já produziam repugnância, mas não terror. É que uma característica do ataque terrorista é sua espetacularidade, surpresa e ineditismo da crueldade. Voltando então à pergunta: de fato há uma maior divulgação dos atentados terroristas e essa divulgação é procurada pelos grupos que procuram aterrorizar, mas o excesso de divulgação os banaliza, com o que perdem sua eficácia. Talvez isso explique a diminuição de atos verdadeiramente terroristas.

HOJE SE PUBLICITAM MUITOS ATOS COMO SENDO TERRORISTAS SEM DISCUTIR SEQUER SE REALMENTE SÃO TERRORISTAS E EM FUNÇÃO DO QUE O SÃO

SÉRGIO LUIZ CRUZ AGUILAR Se tratarmos puramente de “ações terroristas” a resposta é sim – as ações terroristas cresceram nesse início de século XXI. Mas a questão principal talvez seja, elas são praticadas como meio de ação ou como um fim em si mesmas? Nesse caso teríamos que partir de um conceito de consenso sobre terrorismo para analisar os inúmeros grupos existentes atualmente que utilizam a violência como forma de alcançar seus objetivos.

Aí temos o primeiro problema, a falta de consenso sobre o que é “terrorismo”. Surgido no final do século XVIII, o termo se relacionava com o período em que a França esteve governada pelos jacobinos (agosto de 1792 – julho de 1794) e, conseqüentemente, com o terrorismo de Estado. No entanto, a origem do termo já apresentava características comuns ao entendimento atual: o “terrorismo”



Bombardeamento Islamabad Marriott Hotel. Cerca de 35.000 paquistaneses morreram em ataques terroristas nos últimos anos.

era organizado, deliberado, sistemático e seu objetivo e justificativa eram a criação de uma “sociedade nova e melhor”.

A partir daí, o termo foi associado a grupos organizados que lutavam contra governos autoritários, como o Narodnaya Volya na Rússia – Vontade do Povo, em russo (fim do século XIX), a grupos nacionalistas como o Mlada Bosna – Jovem Bósnia, em servo-croata (início do século XX), retornou ao terrorismo de Estado com o nazismo, o fascismo e o socialis-

HOJE AINDA HÁ DIFICULDADE DE UM CONSENSO SOBRE O TERMO. DESDE 1996 DISCUTE-SE NA ONU UMA RESOLUÇÃO QUE CONCEITUE TERRORISMO, SEM SUCESSO

mo soviético, para ser associado aos grupos de libertação nacional a partir da década de 1950 e, posteriormente, a grupos religiosos fundamentalistas nas últimas décadas do século XX.

Para complicar ainda mais a questão, na década de 1990 foi associado ao narcotráfico, surgindo o termo “narcoterrorismo”. Dessa forma, o termo “terrorismo” mudou de significado para acomodar vernáculos políticos e diferentes discursos em diferentes contextos e épocas.

Hoje ainda há dificuldade de um consenso sobre o termo. Desde de 1996 discute-se na ONU uma resolução que conceitue terrorismo, sem sucesso. Nos Estados Unidos, talvez o país mais interessado em estabelecer mecanismos de prevenção e combate ao terrorismo, diversos departamentos e agências apresentam definições próprias.

No entanto, mesmo com a falta de consenso, há alguns pontos comuns na maior parte dos conceitos: o uso ilegal ou ameaça do uso da violência; civis ou propriedades como alvos; propósitos políticos dirigidos a uma instituição (Estado, organização) de modo a compelir seus agentes a agir ou abster-se de agir de determinada forma; e provocação ou manutenção de um estado de terror em uma população ou em um setor dela.

Dessa forma, poucos países como os Estados Unidos da América (EUA), de maneira unilateral, declaram determinados grupos como terroristas. A lista divulgada em 2016 pelo Bureau de Contraterrorismo do Departamento de Estado norte-americano, por exemplo, apresentou 59 grupos terroristas no mundo. Isso gera um problema.

Uma coisa é atuar contra um grupo que utiliza o terrorismo como “método de ação”

para atingir um objetivo político. Outra coisa é atuar contra um grupo que utiliza o terrorismo como “lógica de ação”.

O primeiro caso se relaciona com a insurgência e, normalmente, o terrorismo é utilizado por um ator com certa legitimidade que, por debilidade ou por cálculo, se mantém dentro de um espaço político determinado, ou busca penetrar nele, utilizando ações terroristas.

Pensando dessa forma, o Boko Haram na Nigéria, o Al Shabaab na Somália, os Tuaregues no Mali, o Estado Islâmico (EI) no Iraque e na Síria, dentre outros, seriam grupos insurgentes que implementaram um movimento político armado que desafia esses Estados por conta da formação de um “contra-Estado”. Esse “contra-Estado” seria construído sob as leis e valores islâmicos – no caso do Boko Haram, Al Shabaab e EI – ou sob a cultura e os valores tuaregues que têm sido reprimidos por sucessivos governos no Mali.

Com base nesses exemplos, e em vários outros com a Líbia e o Iêmen, pode-se afirmar que esses grupos surgiram e cresceram em países com graves problemas sociais, políticos, econômicos e de segurança. Já a Al-Qaeda deixou de utilizar o terrorismo como um meio de ação, passando a utilizá-lo como lógica, ou seja, o terror se converteu no objetivo do grupo.

Assim, o combate à Al-Qaeda se dá basicamente usando o aparato de segurança dos Estados. No caso dos demais, se os considerarmos insurgentes, as medidas militares e policiais deveriam vir acompanhadas de ações nos outros campos – social, político, econômico, etc. – que atuem nas causas do surgimento e crescimento desses grupos.

Caso isso não aconteça, mesmo que esses grupos sejam derrotados militarmente, eles não desaparecerão. Podem até trocar de nome, como normalmente acontece, mas parte de seus militantes continuarão propensos a usar a violência em prol de seus objetivos.

Talvez aí esteja a explicação de por que esse fenômeno tem crescido e se espalhado por várias regiões do globo.



© Wikimedia Commons

Mas, quando governos denominam esses grupos simplesmente como “terroristas”, ou como “bandidos terroristas” como ouvi bastante em um evento na África que tratou do terrorismo naquele continente ano passado, praticamente se excluem as outras questões, focando apenas no combate mediante a utilização do aparato de segurança estatal, ou coletivo como no caso do Al Shabaab, que é combatido pelas tropas da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), do Boko Haram, contra o qual foi formada a Força Tarefa Conjunta Multinacional (Benin, Camarões, Chade, Níger e Nigéria), e do EI, que é combatido pela coalisão internacional liderada pelos Estados Unidos, além da Rússia e de grupos locais.

Um militante do Estado Islâmico carregando a bandeira do grupo.

UC EXISTE UMA TENDÊNCIA MUNDIAL DE AMPLIAÇÃO OU RECRUDESCIMENTO DE AÇÕES TERRORISTAS? ONDE? POR QUAIS MOTIVOS?

HÉCTOR LUIS SAINT PIERRE A ampliação das ações terroristas leva à perda da sua eficácia, por isso acredito que elas continuarão a acontecer, mas de maneira mais precisa, espetacular e surpreendente. As ações terroristas não têm eficácia em campos de batalha, mas em cidades totalmente alheias ao terror, o que satisfaz



Vista aérea da quadra do Memorial Rendering.

o critério da surpresa.

Todavia, outro critério, no caso do terrorismo sistemático (aquele que escolhe sua vítima por uma característica determinada), é a determinação simbólica do alvo. Portanto, o teatro do atentado terrorista deve se sentir alheio ao terror, mas ainda assim contar com a presença simbólica que é alvo do grupo terrorista.

Finalmente, a terceira característica exige a espetacularidade, a possibilidade do atentado ser filmado ao vivo e em tempo real, o que limita o loco do atentado. Assim, estas características limitam tanto a frequência quanto a localização espaço-temporal do atentado.

As motivações dos ataques terroristas são tão variadas que podem ir desde alegadas loucuras individuais (como o Unabomber ou os serial killers nos Estados Unidos) até causas políticas globais, como a criação de um Califado Universal, ou transcendentais, como os atentados no metrô de Tóquio.

SÉRGIO LUIZ CRUZ AGUILAR Além do surgimento de novos grupos, os mais recentes atentados demonstram a capacidade de adaptação dos mesmos. Os atentados se tornaram mais simples de serem executados. A dificuldade de

realizar atentados de grande porte como no 11 de setembro de 2001 fez com que os grupos passassem a agir com homens/mulheres bombas e militantes portando explosivos e fuzis, que são mais difíceis de serem descobertos e combatidos.

No entanto, esses ataques não deixam de ser destrutivos nem de ter grande repercussão. A partir da Al-Qaeda houve uma “internacionalização” do terrorismo. Vários grupos no mundo haviam se filiado a ela.

No caso do EI pode estar acontecendo o mesmo fenômeno. Pessoas e grupos que se dizem filiados ao EI, como o que derrubou o avião russo na Península do Sinai e os responsáveis pelos atentados em Paris e em Bruxelas.

Pessoas que simpatizam com grupos realizam atentados em nome deles, mas a real filiação é difícil de ser determinada. Pode ter sido o caso do atentado na Califórnia – EUA realizado em nome do EI. Esses fatos complicam ainda mais as ações preventivas e repressivas ao terrorismo.

Uma das dinâmicas de segurança nesse século XXI são as intervenções que parecem ser realizadas pelas potências sem levar em consideração – ou sem se importar com – as



Rue Nicolas-Appert, Paris, um dia depois do tiroteio Charlie Hebdo.

possíveis conseqüências. Isso pode se dar por conta de interesses imediatos, pela incapacidade de pensar em longo prazo ou por certa “ vaidade histórica ” de achar que o poderio militar pode ainda resolver todas as questões de segurança.

A luta contra o terrorismo no século XXI resultou nas intervenções no Afeganistão, no Iraque, na Líbia e na Síria. Se as ações com o uso da força resolveram problemas imediatos de segurança, acabaram criando outros no mesmo local ou em Estados vizinhos.

A situação no Afeganistão continua instável, o Taliban ainda controla partes do país, a Al-Qaeda permanece viva e o conflito aumentou a instabilidade no Paquistão. O Iraque continua dividido e luta para resolver o problema de uma vasta área ainda sob o controle do EI. A Líbia tem dois governos autodeclarados e uma série de grupos que controlam áreas no país, incluindo os filiados da Al-Qaeda e do EI.

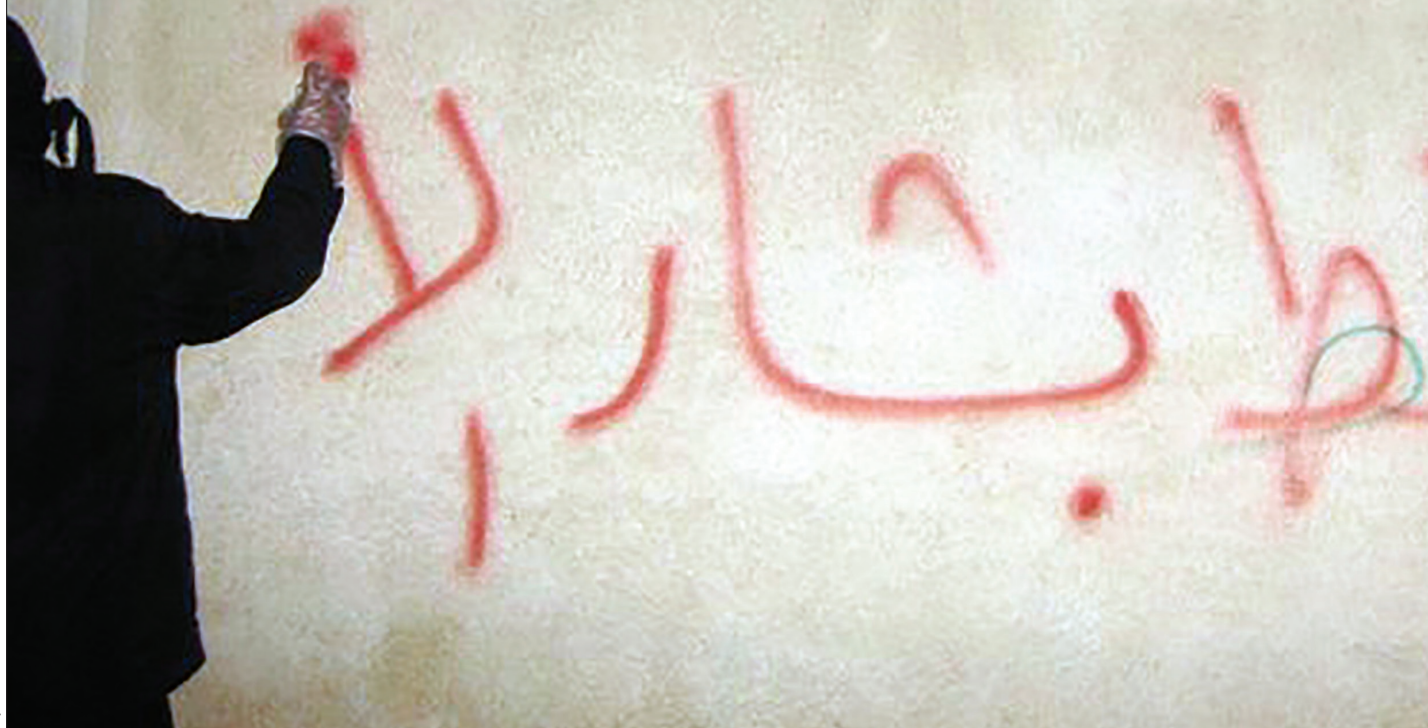
E todas essas intervenções resultaram numa massa de refugiados e desalojados em intensidade que remonta à 2.ª Guerra Mundial e que atinge principalmente a Europa. A cada novo problema novas ações com o uso da força são implementadas.

Os atentados de Paris em novembro de 2015 “ empurraram ” países como a Alemanha e o Reino Unido para as ações militares na Síria. Após os atentados em Paris, o presidente François Hollande declarou “ guerra ” ao EI mediante o pressuposto de legítima defesa e invocou a cláusula de defesa mútua da União Europeia, fato inédito na história da organização internacional, numa tentativa de envolver todos os membros da União na sua “ guerra ao EI ”.

No entanto, não se pode relevar o fato de que são justamente as potências que acabam, com suas ações, provocando o surgimento de novos focos de violência e de novos atores não estatais geradores de violência.

A revolta contra o ditador Bashar al-Assad, apesar de ter raízes antigas, pode ser creditada à decisão da França e da Arábia Saudita de incentivarem e financiarem grupos de oposição na Síria após o atentado que matou o primeiro-ministro libanês Rafik Hariri em 2005 e que teve a participação de agentes sírios.

A Al-Qaeda surgiu do financiamento dos mujahedins para lutarem contra os soviéticos no Afeganistão por parte de Estados Unidos, Arábia Saudita, Paquistão, Reino Unido, Chi-



© Jan Seftl / Wikimedia Commons

Um manifestante anti-Assad grafitando na parede de um prédio a frase “Derrubem al-Assad”, em maio de 2011.

na e Egito. Para lutar contra a insurgência no Iraque, os EUA fortaleceram tribos sunitas moderadas. Algumas delas após serem alijadas do processo político se juntaram ao EI e auxiliaram no seu crescimento. No caso da Síria, os grupos contrários ao governo foram crescendo e, em 2011, iniciaram a revolta armada.

Logo os líderes ocidentais perceberam que a revolta não era liderada por grupos moderados, mas por grupos extremistas como a Al-Nusra (ligada à Al-Qaeda) e, mais tarde, o EI. Assim, a partir do momento em que potências ocidentais apoiaram e financiaram grupos contrários ao presidente sírio, acabaram sendo responsáveis pelo crescimento de alguns considerados por elas como terroristas.

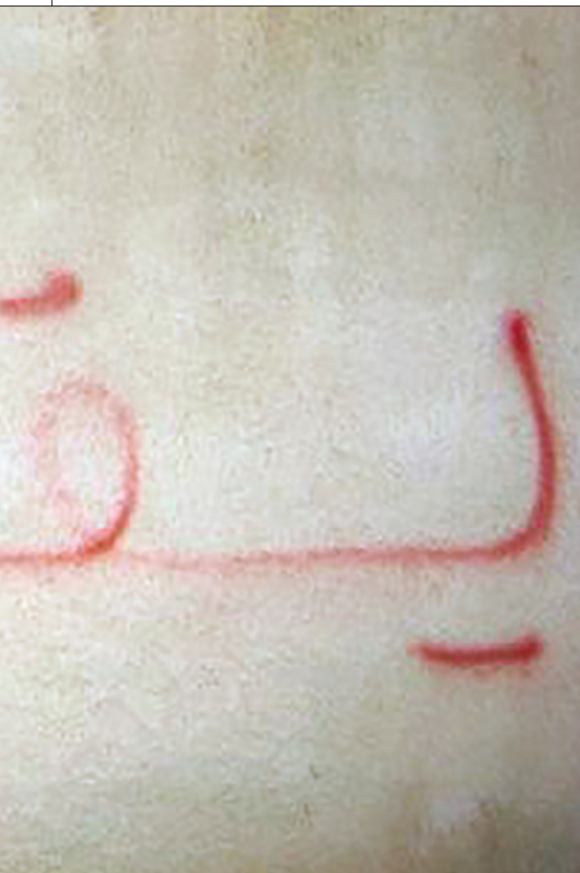
O caso sírio parece comprovar certa incapacidade de pensar segurança em longo prazo ou de avaliar corretamente as decisões. Os líderes que se aventuraram no apoio à queda de al-Assad não esperavam a firme determinação do presidente russo Putin e do governo iraniano de apoiar o ditador, muito menos a gigantesca onda de migrantes que se dirigiram à Europa a partir de 2015.

Na Líbia, foi a intervenção internacional que permitiu a queda do ditador Kadafi. No entanto, era ele que conseguia manter as diversas tribos e grupos “satisfeitos” com o poder local que mantinham dentro do Estado. Sem o ditador, o país mergulhou numa violência interna que permitiu o crescimento de grupos ligados à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico. Ainda, parte do arsenal das forças armadas de Kadafi acabou nas mãos de grupos além das fronteiras líbias, como os tuaregues no Mali.

Agora as potências discutem como resolver o problema líbio. Com os atentados de Paris e a decisão de eliminar o EI sem enviar tropas terrestres, os EUA e os europeus passaram a fortalecer ainda mais os grupos que lutam contra o EI na Síria e no Iraque. Os curdos peshmergas são os principais beneficiários da ajuda da coalisão.

No entanto, como nos casos citados acima, o fortalecimento desse grupo certamente aumentará o poder dos curdos que lutam pela independência do Curdistão, com repercussões mais fortes na Turquia, como já se pode perceber.

Dentro dessa complexa dinâmica de segu-



OS ENTREVISTADOS

Héctor Luis Saint Pierre

Licenciado em Filosofia pela Universidad Nacional de La Plata, Argentina, realizou mestrado em Lógica, Epistemologia e Filosofia da Ciência pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1988. Na mesma universidade concluiu o doutorado em Filosofia Política em 1996 e o pós-doutorado FAPESP/Universidade Autônoma de México em 1999. Defendeu sua Livre-docência na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em 2002, com tese sobre "Formas contemporâneas da violência Política". Realizou seu Concurso de Professor Titular em Segurança Internacional e Resolução de Conflitos em 11/5/2011. Desde 10/2015 desempenha-se como coordenador executivo do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Unesp. Coordena a área de "Paz, Defesa e Segurança Internacional" da Pós-graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas". Fundador e líder do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Unesp. Participa como membro do Diretório da Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL). De 2012 a 2014 foi diretor institucional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Membro do Diretório da Associação Brasileira de Relações Internacionais de 2013 a 2015 e coordenador da área de Segurança Internacional, Defesa e Estratégia da ABRI. Membro do Diretório da Associação Brasileira de Relações Internacionais ABRI e coordenador da Área de Segurança Internacional, Defesa e Estratégia da ABRI para o período 2015-2017. Publicou 30 artigos em periódicos especializados, 56 capítulos de livros, 6 livros e muitos artigos de opinião em veículos de comunicação. Participou em mais de 90 eventos científicos no exterior e de 80 no Brasil. Supervisionou 1 pós-doutorado e orientou 4 doutorados, 24 dissertações de mestrado, além de muitos trabalhos de conclusão de curso nas áreas de História, Ciência Política e Relações Internacionais. Recebeu 4 prêmios e/ou homenagens, entre elas, a Medalha da Ordem do Mérito Militar no grau de Cavaleiro. Atua na área de Ciência Política e Relações Internacionais, com ênfase em Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Forças Armadas, América Latina, Defesa, Segurança Internacional, Guerrilha, Terrorismo, Segurança Cooperativa, Estratégia, Segurança e Defesa.

Sérgio Luiz Cruz Aguilar

Pós-doutor em Segurança Internacional no Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Oxford, Reino Unido, doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp – Assis/SP), mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Estratégias de Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), e graduado em Ciências Militares (AMAN). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPICI) e do Observatório de Conflitos Internacionais (OCI), todos da Unesp – Câmpus de Marília/SP. Foi observador da ONU na United Nations Peace Force (UNPF), na Bósnia Herzegovina, e na United Nations Transitional Administration for Eastern Slavonia (UNTAES), na Croácia, durante a guerra civil na antiga Iugoslávia. Foi diretor da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) no biênio 2012-2014. Atua na área das relações internacionais com ênfase em segurança internacional, conflitos e resolução de conflitos, direito internacional dos conflitos armados e operações de paz. É membro de várias associações acadêmicas, como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e a International Political Science Association (IPSA), onde é membro do Research Committee 44.

rança a que nos referimos, a Turquia faz um jogo interessante, apoiando grupos contra al-Assad, combatendo o EI, mas permitindo o mercado negro (ou pelo menos o trânsito) do petróleo explorado pelo EI no seu território, e utiliza o fluxo migratório como arma de barganha e de pressão por um maior envolvimento dos EUA e dos europeus no conflito e pela evolução do processo de seu ingresso na UE.

No entanto, acaba pagando o preço de suas ações com o crescimento do movimento curdo e o aumento de atentados que gera instabilidade política e de segurança no país. A decisão dos sauditas de atuarem com mais dinamismo na região, apoiados pelos EUA e, principalmente, pela França, resultou no recrudescimento da violência no Iêmen e em graves problemas diplomáticos com o Irã.

Esses exemplos servem para demonstrar o quanto complexo, volátil e imprevisível está o sistema internacional neste início de século. Dessa forma, a assimetria e os problemas em inúmeros campos continuarão atuando como incentivo para o surgimento de atores propensos a utilizar a violência em busca de seus



Acima, soldados do Exército brasileiro durante uma parada para o Dia da Independência em Brasília.

Ao lado, os dois mascotes das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio/2016. Conhecidos no mundo todo, Vinicius (alusão a Vinicius de Moraes) e Tom (Tom Jobim), respectivamente.



© Divulgação/EBC

objetivos – e os atos terroristas continuarão fazendo parte dos problemas de segurança a serem enfrentados.

UC DENTRO DESSE CONTEXTO MUNDIAL, QUAIS INDICATIVOS TEMOS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL ESPECIFICAMENTE?

HÉCTOR LUIS SAINT PIERRE A América Latina não é alvo específico de nenhum dos grupos chamados “terroristas” operando na atualidade nem nesta região reconhecem inimigos declarados. Todavia, na região podem se apresentar alguns dos fatores favoráveis para a perpetração de um atentado, como a relativa liberdade de movimento e a facilidade de acesso aos materiais explosivos ou armas.

No caso do Brasil, deve-se somar a estas características a realização de um evento internacional de grande porte, como é o caso das Olimpíadas. Este espetáculo não apenas representa um palco ideal pela pesada pre-

sença da imprensa internacional, mas também contará com a participação de atletas e algumas autoridades de países que, sim, são considerados inimigos pelos grupos terroristas.

As Forças Armadas brasileiras estão de sobreaviso desde há muito tempo e se preparam intensamente para o caso, os sistemas de inteligência, vigilância e cibernética estão atentos e operantes. Mas sabem, como todos sabemos, que nenhum sistema de segurança é perfeito, e que quem quer cometer um atentado está atento ao sistema e suas falhas para operar nelas.

Sabendo da preocupação e preparo do sistema, o que cabe à população brasileira é curtir o evento com tranquilidade; preocupar a sociedade com a possibilidade de falha não resolverá a falha e propagará o terror, realizando assim o objetivo do terrorismo, sem ter realizado nenhum esforço.

SÉRGIO LUIZ CRUZ AGUILAR A América Latina é uma região do mundo que tem se mantido afastada da ação terrorista internacional. Os atentados que ocorrem, com algumas exceções, estão ligados a grupos internos, por exemplo, o Sendero Luminoso no Peru e os grupos que atuam na Colômbia, cuja classificação como “terroristas” pode ser questionada.

No entanto, não podemos esquecer dos atentados ocorridos em Buenos Aires. Eles não visaram o Estado ou a sociedade argentina mas sim a comunidade judaica. Usando esse exemplo, nenhum país estaria imune ao terrorismo. Nesse sentido, em qualquer um deles podem ocorrer atentados, o que coloca os governos e as agências responsáveis em constante estado de alerta.

Além disso, como a prevenção e o combate ao terrorismo necessitam de coordenação de esforços e de uma vasta cooperação internacional, os países latino-americanos devem se ligar de alguma forma aos esforços internacionais de ação contra esse fenômeno.

O Brasil não tem o terrorismo como prioridade em sua agenda de segurança. Há um apoio do governo brasileiro aos esforços internacionais


para prevenir e combater o terrorismo, o país faz parte dos tratados e organismos internacionais que tratam do tema, mas internamente não se percebem ações rápidas que indiquem a preocupação com o fenômeno.

A Lei do Terrorismo foi sancionada em março e não há uma estrutura permanente anti e contra terrorismo, nem a definição da autoridade responsável em alto nível. No entanto, os grandes eventos que ocorreram, como a Conferência Rio+20, a Copa das Confederações, a Jornada da Juventude e a Copa de Mundo de futebol, e os Jogos Olímpicos que serão realizados daqui a alguns meses fizeram com que, dentro das medidas de segurança adotadas, ou a serem adotadas, o tema terrorismo ganhasse destaque.

Foi montada uma estrutura *ad hoc* para esses

A AMÉRICA LATINA NÃO É ALVO ESPECÍFICO DE NENHUM DOS GRUPOS CHAMADOS “TERRORISTAS” OPERANDO NA ATUALIDADE NEM NESTA REGIÃO RECONHECEM INIMIGOS DECLARADOS

eventos sob a direção da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) criada pela Presidência da República no Ministério da Justiça que, junto com o Estado-Maior Conjunto do Ministério da Defesa, assumiu a responsabilidade de planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança nesses eventos.

O órgão de coordenação máximo para a segurança da Copa do Mundo foi constituído por um chamado triunvirato, formado pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa, assessorados pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e operacionalmente envolve inúmeras instituições em nível federal, estadual e municipal. Ou seja, o tema ganhou força em decorrência dos grandes eventos no país e não por ser considerado importante na agenda de segurança do Brasil. 

Manifestantes fazem protesto na Esplanada dos Ministérios contra a aprovação do novo Código Florestal, Brasília.



O retrocesso da lei ambiental

AUTOR MOSTRA COMO QUADRO NORMATIVO ENTROU NUM BURACO NEGRO

O STF deverá julgar em breve as quatro ações de inconstitucionalidade que questionam a quase totalidade do chamado “Novo Código Florestal” (58 artigos). Fruto de um espúrio acordo fechado entre o PT e os ruralistas, entre suposta esquerda e ultradireita, o novo código, de 2012, é o maior retrocesso de nossas instituições jurídicas. De todos os malfeitos deste governo – mensalão, petrolão, desemprego, inflação, etc. – nada se compara aos absurdos perpetrados por esta lei, que se destina, sem qualquer dúvida, a beneficiar o proprietário rural infrator. Sua lógica é esta: o ambiente, valor coletivo, fica sempre em segundo plano. Com a nova lei, o Direito do Ambiente transforma-se num Direito contra o Ambiente. José Eli da Veiga diz, com razão, que ela terá o mesmo efeito nefasto da Lei de Terras de 1850.

Vou dar alguns exemplos desses absurdos. Em primeiro lugar, o texto está cheio de “ve-

nenos”, de “cascas de banana” interpretativas. Vejamos o caso das áreas de preservação no entorno das minas ou olhos d’água, que são afloramentos do lençol freático. O código de 1965 considerava protegidas as florestas e todas as formas de vegetação natural num raio mínimo de 50 m das nascentes, “ainda que intermitentes”. O novo código muda a redação protegendo apenas “as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes”. O que era “intermitente” virou “perene”. Ora, isto é ótimo para o proprietário: se for autuado basta alegar que a mina não é perene. Assim, será formado um processo judicial que dependerá de perícia e levará anos, ou décadas, para se encerrar. Bingo!

Mas nada é pior do que o conceito de área rural consolidada que é a “área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008”. Para os donos dela a lei dá uma ampla anistia. O proprietário que


desmatou área (que deveria ser) preservada até 2008 ganhou um presente do governo: a anistia das penalidades: não vai pagar multa e nem sofre qualquer pena. Esta norma é claramente inconstitucional e o Ministério Público Federal ingressou ações para questionar tanto isso quanto a possibilidade de compensar área de preservação permanente e reserva legal, numa confusão conceitual que não tem nenhum cabimento. Com função instrumental, a existência da APP decorre de algum bem ambiental, como a água, o mangue, as encostas, etc. Já a reserva legal visa à sustentabilidade sem qualquer outro fim, ou seja, busca “promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”.

Com isto, o quadro normativo da proteção ambiental no Brasil entrou num buraco negro. Foi publicada a lei, em 2012, com muitos vetos, inúmeras modificações decorrentes de medida provisória, problemas de regulamentação – e não se sabe, afinal, o que vale. Além disso, o novo código pode vir a ser julgado inconstitucional pelo STF. Assim, caímos num vácuo legislativo que beneficia, evidentemente, os proprietários rurais, que no Congresso Nacional foram representados por gente como os senadores Ronaldo Caiado e Kátia Abreu (então no DEM e hoje no PMDB). Atualmente, ambos estão em frentes opostas. A segunda foi ministra da Agricultura de Dilma. Mas ambos estavam juntinhos, do mesmo lado na defesa dos proprietários e em nome de uma suposta “segurança jurídica para produzir”. Leia-se: desmatar. Não é à toa que ela foi apelidada de “rainha da motosserra”.

Algum dia alguém fará um resgate das mazelas na aprovação do novo código, contando uma história que contém diversos ingredientes. Teve uma ministra sem qualquer autoridade (no sentido romano do termo), que é Izabella Teixeira, titular do cargo a partir de 2010. Ela está longe de ter a respeitabilidade de uma Marina Silva ou de um Carlos Minc, que a antecederam. Marina, como se sabe, deixou o Ministério por força do licenciamento de Belo

Monte, usina agora inaugurada, que é exemplo de “inadimplência socioambiental”. Teve um governo fraco precisando de apoio no Congresso e por isso negociando tudo o que era possível, aceitando qualquer negócio. Afinal, o código foi aprovado por mais de 400 votos na Câmara Federal e 59 votos no Senado, o que demonstra uma articulação política poderosa unindo forças opostas. Teve, afinal, uma presidente sem projeto para o Brasil em nenhum setor: pior, o projeto do seu partido, o PT (a chamada “Nova Matriz Macroeconômica”), não era o dela, que ficava vagando ao sabor das circunstâncias. Teve, além disso, ONGs e MPs, com todo seu lobby no Congresso, impotentes diante de uma tamanha vontade política de aprovar logo a lei e anistiar os infratores.

ALGUM DIA ALGUÉM FARÁ UM RESGATE DAS MAZELAS NA APROVAÇÃO DO NOVO CÓDIGO, CONTANDO UMA HISTÓRIA QUE CONTÉM DIVERSOS INGREDIENTES

O prejudicado, o grande prejudicado, é o ambiente e, por conseguinte, o povo, as presentes e futuras gerações. O código de 1965 era sucinto e continha os princípios básicos da proteção ambiental no Brasil. O novo código tem um número de comandos bem maior (o dobro) mas seu comando principal é este: entre a propriedade privada e o interesse público na preservação dos processos ecológicos vamos privilegiar a primeira, vamos privilegiar quem produz, quem planta, coitados desses proprietários conscientes que só querem o bem do Brasil e jamais pensam no próprio bolso... Os ecossistemas que se restaurem sozinhos, sem necessidade de atuação da mão pesada do Estado. A propósito, gosto sempre de citar certo manual de saneamento urbano publicado em 1940 por um professor de Medicina carioca que diz que o melhor destino do lixo é simplesmente jogá-lo ao mar (!). Este seria o “processo mais econômico e mais prático para o lixo” (!). Quem sabe vamos voltar a esses tempos e a essas ideias... 



José Roberto Fernandes Castilho é professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente.



© Daniela West

O “patinho feio” das fontes geradoras

ARTIGO
DISCUTE PAPEL
DA ENERGIA
NUCLEAR

A história da energia nuclear confunde-se, em larga medida, com a história do século XX, tanto sob a ótica do seu desenvolvimento científico e tecnológico, quanto no que se refere à formação do sistema internacional contemporâneo. No primeiro caso, os estudos sobre a capacidade geradora de energia do urânio enriquecido levaram a humanidade ao ápice de seu poderio destrutivo com a criação das bombas atômicas e de hidrogênio. No segundo caso, e em larga medida como um desdobramento do primeiro, a configuração do sistema internacional acompanhou os esforços bilaterais e multilaterais de criação do TNP – que inaugura o regime de não proliferação e desarmamento nuclear – e da AIEA – que promove a utilização pacífica da energia nuclear. Apesar de sua penetração no mundo tal e qual

o conhecemos, a energia nuclear adentra o século XXI como o “patinho feio” das fontes geradoras de energia; um apelido que apesar de inspirado em acontecimentos históricos recentes, também reflete um desconhecimento geral das sociedades sobre o tema.

Quarenta e um anos após os EUA lançarem as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, o mundo assistia estupefato ao potencial destruidor da energia nuclear mesmo quando utilizada para fins pacíficos. Em 1986, o acidente nuclear de Chernobil levou à liberação de uma grande quantidade de material radioativo na atmosfera. O resultado das explosões em Chernobil chegou à Europa, evidenciando o alcance transnacional que um acidente nuclear poderia ter. Vinte e cinco anos após Chernobil, novamente a energia nuclear tomou conta da

mídia por seus impactos negativos quando do acidente em Fukushima, que levou ao vazamento de água radioativa no oceano. Os dois acidentes são reconhecidamente os maiores desastres nucleares da história quer por suas dimensões, impactos ambientais ou número de mortos. Entretanto, se por um lado esses acidentes serviram como lições importantes para o melhoramento da segurança nuclear no mundo, por outro não foram capazes de gerar um debate educativo sobre os riscos e, acima de tudo, sobre os benefícios da energia nuclear.


Não são raras as ocasiões em que estes três episódios aparecem direta ou indiretamente relacionados para exemplificar o perigo envolvido na utilização de energia nuclear. Todavia, e considerando a multiplicidade de benefícios da energia nuclear para o desenvolvimento socioeconômico da humanidade, é fundamental separar e qualificar o debate em torno dos riscos e benefícios dessa energia. A separação inicial a ser feita refere-se aos usos militar e civil do urânio. O primeiro uso – militar – também precisa ser subdividido entre suas finalidades bélicas e não bélicas. Aqui estão incluídas, respectivamente, as armas nucleares e os submarinos a propulsão nuclear. O impacto negativo de Hiroshima e Nagasaki levou o mundo à prática de não-uso de armas nucleares que, para além de qualquer dimensão moral, é ainda amplamente controlada pelos regimes internacionais.

O segundo uso – civil – engloba uma variedade de fins. Nesse caso, a utilização da energia nuclear se estende da medicina à agricultura, passando pela indústria até a geração de energia elétrica. Na área civil, onde estão incluídos tanto os casos de Chernobil quanto de Fukushima, o papel da AIEA merece destaque no esforço de promover a segurança nuclear – “nuclear safety” –, cujo objetivo é garantir o aproveitamento seguro da energia nuclear. Tal segurança inclui a utilização internacional de procedimentos padronizados para casos de acidentes medidos a partir da Escala Internacional de Acidentes Nucleares (INES na sigla em inglês). A INES cria, a partir de

sua introdução em 1990, um entendimento comum sobre o que seja um acidente nuclear, sua gravidade e, por conseguinte, as medidas a serem utilizadas para a proteção da população contra possíveis vazamentos de material radioativo. No que se refere ao lixo radioativo, ainda que não haja um solução definitiva para o seu armazenamento, os procedimentos de separação e acondicionamento desse material respondem a regras internacionais também sob a orientação da AIEA. Finalmente, vale ressaltar que estabelece-se como limite seguro para o aproveitamento pacífico da energia nuclear o enriquecimento do urânio até 19,9%. A marca limite refere-se às dificuldades do próprio processo de enriquecimento cuja complexidade declina conforme aumenta o percentual de urânio enriquecido. Isso significa que um

OS ACIDENTES SERVIRAM COMO LIÇÕES IMPORTANTES PARA O MELHORAMENTO DA SEGURANÇA NUCLEAR NO MUNDO

país que enriquece urânio para a geração de energia elétrica ou para a produção de radioisótopos – uma faixa entre 4 e 19,9% – não é de fato um país com capacidade de produzir armamento nuclear.

Em nenhum outro caso de fontes geradoras de energia de uso civil vê-se tamanha coordenação e esforço internacional com medidas de segurança. Em que pese o argumento legítimo de que isso se deve ao próprio potencial destrutivo da energia nuclear, fontes como o carvão e o petróleo, no acumulado de décadas de uso com impactos ambientais diretos, provaram-se incompatíveis com o desenvolvimento de um mundo sustentável e nem por isso recebem a crítica negativa, tampouco os cuidados com o uso, que recebe a energia nuclear. Esta seguirá sendo o “patinho feio” das fontes geradoras de energia até que o tema seja abordado de forma detalhada, ponderando os riscos e benefícios dessa energia para a humanidade. 



Mariana Montez Carpes é bolsista PROMOB/PNPD do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no projeto “O papel das questões de defesa, paz e segurança na inserção internacional brasileira” e pesquisadora associada ao Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (UnB).

Obrigado, Muhammad Ali-Haj

PUGILISTA FOI UM CAMPEÃO NO RINGUE E UM GIGANTE FORA DELE.



Juarez Xavier é professor do curso de jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp de Bauru.

O dia 1.º de dezembro de 1955 é um ponto de inflexão na história da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos da América. Nele, Rosa Louise McCauley (Parks), 42, com o corpo destroçado por uma exaustiva jornada de trabalho, disse não!

Ela se recusou a dar lugar ao homem branco (como determinava a política de segregação racial no transporte público), e deflagrou o movimento que incendiou Montgomery, Alabama, que se estendeu para todo o país.

A decisão da costureira provocou um boicote que se prolongou de 1.º de dezembro de 1955 a 20 de dezembro de 1956. Ao final de quase um ano, a Suprema Corte dos Estados Unidos declarou inconstitucional a segregação no transporte público, na cidade e no Estado.

Rosa tornou-se o símbolo dos movimentos pelos direitos civis. Sua coragem implicou a vida de três homens negros que seriam, a partir daquele momento, os principais protagonistas da luta política contra o racismo nos EUA.

O mais velho era Malcolm Little, 30; o do meio, Martin Luther King, Jr, 26; e o mais jovem, Cassius Marcellus Clay, 13. Malcolm tornou-se Al-Hajj Malik El-Shabazz, ou simplesmente, “Malcolm X”, o mais radical dos

militantes antirracistas no século 20. King (ganhador do prêmio Nobel da Paz em 1964) tornou-se o “apóstolo” da não violência, e a mais respeitada autoridade política da luta pelos direitos civis. Cassius (a síntese perfeita entre os extremos) renasceu Muhammad Ali-Haj, e transformou o boxe na mais eficiente plataforma política de denúncia das violências que subjogavam os corpos negros, nos EUA – e quiçá no mundo!

No esporte, o cartel de Ali é invejável (62 lutas, 57 vitórias, 37 nocautes e 5 derrotas). Três vezes campeão mundial (1964, 1974 e 1978), medalhista olímpico nos jogos de Roma em 1960, e eleito o desportista do século (*Sports Illustrated* em 1999).

Campeão no ringue, ele foi um gigante fora dele.

A vida política de Cassius começa com um episódio insólito. Naquele tipo de história em que a versão dispensa a factualidade do real: o destino da medalha olímpica.

Conta a lenda (nunca confirmada ou negada) que na volta de Roma como campeão olímpico, Cassius Marcellus Clay foi a uma lanchonete. A garçonete se recusará a atendê-lo, por ser negro (a Lei dos Direitos Civis foi





Fevereiro de 1964: Malcolm X fotografa Ali, que acabara de derrotar Sonny Liston e se tornar campeão mundial dos pesos-pesados.

aprovada em 1964; em 1965 foi aprovada a Lei dos Direitos ao Voto). A segregação era legal na maior parte dos estados do país.

Revoltado, o jovem Cassius jogou a medalha de ouro no rio Ohio.

A rebeldia em relação ao preconceito (luta contra menor valia da população afro-americana), à discriminação (luta contra a segregação) e ao racismo (luta contra o destroçamento físico e psíquico) passou a ser a métrica e o compasso da luta política de um dos maiores frasistas de sua geração.

Cassius se aproxima da Nação do Islã no final da década de 1950. O grupo religioso é fundado na década de 1930, em Detroit. Entre os seus objetivos estava a melhoria das condições materiais e espirituais dos afro-americanos.

Na década de 1930, a NOI (Nation of Islam) cresce e se expande, com a fundação de mesquitas, da “Muhammad University of Islam”, empresas e propriedades.

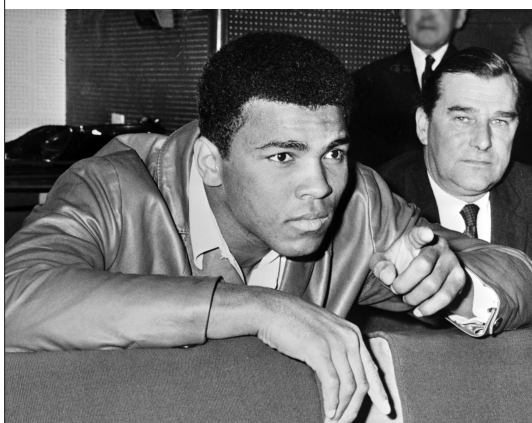
O pugilista vai à primeira reunião em 1961. Em 1962, ocorre o encontro que transformaria

sua vida política para sempre. Conhece Malcolm X, seu orientador espiritual nesses primeiros passos nas veredas do islã. Mais tarde, com o rompimento de Malcolm com a Nação do Islã, os dois amigos se afastaram. Ali disse que esse rompimento foi a única coisa da qual se arrependeu em sua vida.

“Cassius Clay é o nome de um escravo. Não foi escolhido por mim. Eu não o queria. Eu sou Muhammad Ali, um homem livre”, afirma o campeão do mundo.

Os anos de 1960 são de duros enfrentamentos políticos raciais nos Estados Unidos. Em 1965, no dia 21 de fevereiro, no Harlem, Nova York, Malcolm foi assassinado com 13 tiros, como mostra o extraordinário filme *Malcolm X* dirigido pelo cineasta Spike Lee, que teve a impecável interpretação de Denzel Hayes Washington. Em 1968, no dia 4 de abril, em Memphis, Tennessee, King foi assassinado.

Ali resistiu e tornou-se conhecido mundialmente no período hostil que triturou líderes da população afro-americana. Em 1967, o campeão



mundial tomou uma decisão que o fez perder o título, e se afastar do ringue por anos. Alistado em 1964, aceito em 1966, e convocado pela U.S. ARMY, no dia 28 de abril, para lutar na Guerra do Vietnã (como Rosa Parks fizera 12 anos antes), Muhammad Ali-Haj disse não!

“O que um vietcong me fez para que eu esteja em guerra com ele?”, perguntou Muhammad. “Por que pedem que eu vá à guerra para matar pessoas, quando, em Louisville, os negros são tratados como cães?”, comparou Ali.

Muhammad Ali compreendeu a importância da mídia nas sociedades de massa. Suas performances no ringue e na vida formaram legiões de admiradores. Ele foi o campeão dos campeões na luta pelos direitos civis.


Sobre ele, disse Nelson Rolihlahla Mandela (1918-2013), boxista amador: “Muhammad Ali não era apenas o meu herói, mas herói de milhões de jovens, negros sul africanos porque ele trouxe a dignidade para o boxe. Quando eu conheci Ali, pela primeira vez, em 1990, eu estava extremamente apreensivo. Eu queria

dizer tantas coisas para ele. Ele foi uma inspiração para mim, mesmo na prisão, porque eu pensava na bravura dele e no compromisso com o esporte”.

MUHAMMAD ALI COMPREENDEU A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA NAS SOCIEDADES DE MASSA. SUAS PERFORMANCES NO RINGUE E NA VIDA FORMARAM LEGIÕES DE ADMIRADORES

“O homem sem imaginação não tem asas”, disse Muhammad Ali. O bailarino dos ringues (a leveza da borboleta e o ferrão da abelha) nocauteou todos os seus adversários, e um inimigo: o silêncio que acorrentava milhões à violência do racismo.

Com a grandeza demonstrada em sua breve vida (1942-2016), de fato, era difícil ser modesto.

Obrigado, Ali, dizem negros e negras ao redor do mundo, ao campeão mundial dos Direitos Civis. 



Por que celebrar o Dia Internacional dos Arquivos?

ARQUIVOS NÃO SÃO SIMPLES DEPÓSITOS DE DOCUMENTOS VELHOS

Dia 9 de junho é comemorado o Dia Internacional dos Arquivos. A data, instituída pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) em 2007, remonta à criação do Conselho pela Unesco em 1948, na referida data. Desde então, as instituições ligadas aos documentos de arquivo (Associações profissionais, cursos de Graduação, Arquivos Públicos) escolheram o dia 9 de junho para desenvolverem ações de promoção e divulgação da causa dos arquivos. Mas, por que celebrar esse dia? Melhor, por que celebrar os arquivos?

Os arquivos estão presentes na civilização desde a Antiguidade, quando eram tidos como verdadeiros arsenais de documentos para fins probatórios. Talvez daí nos venha a ideia de que os documentos de arquivo servem para provar. Essa utilidade do arquivo perpassou séculos, diferentes culturas e sociedades.

Na Idade Média, a ideia de recorrer aos

arquivos para fins de gestão administrativa ganha fôlego com os Estados tomando para si a responsabilidade de preservação dos arquivos relativos à sua história administrativa e aos territórios conquistados. Os arquivos e, conseqüentemente, seus documentos estavam diretamente ligados a uma política de Estado. Para além de sua utilidade administrativa, funcionando como um instrumento de boa gestão, os arquivos constituíam, também, um instrumento de segurança.

Com a Revolução Francesa houve a abertura dos Arquivos Nacionais à pesquisa histórica. Neste contexto, o arquivo ganha uma terceira utilidade (além de provar direitos e deveres e atestar ações administrativas) que é a de conhecer e compreender o passado. Nesta perspectiva, os arquivos são considerados os testemunhos mais fiéis do passado e fonte de conhecimento para a sociedade, dando supor-



© Pixabay


te às pesquisas históricas. Esse passado, vale dizer, não se limita ao passado de um Estado ou país. Arquivos de empresas e arquivos pessoais também são fonte de conhecimento.

A partir do século XX, com as revoluções tecnológicas que propiciam novas formas de produção documental e novos usos das informações e/ou documentos de arquivo, uma quarta utilidade emerge: o arquivo enquanto construtor de identidade. Aqui, os arquivos e seus documentos são utilizados para contar a história de indivíduos, escolas, comunidades, contribuindo para a firmação do sujeito enquanto membro de uma determinada comunidade.

Todas essas utilidades do arquivo e de seus documentos talvez nos passem despercebidas. Não é raro encontrarmos no imaginário comum referências a documentos velhos, depósitos mofados, quartinhos do fundo. Até mesmo os profissionais que atuam nos arquivos são

O ARQUIVO SERVE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À ADMINISTRAÇÃO PRIVADA, AO INDIVÍDUO, À COMUNIDADE

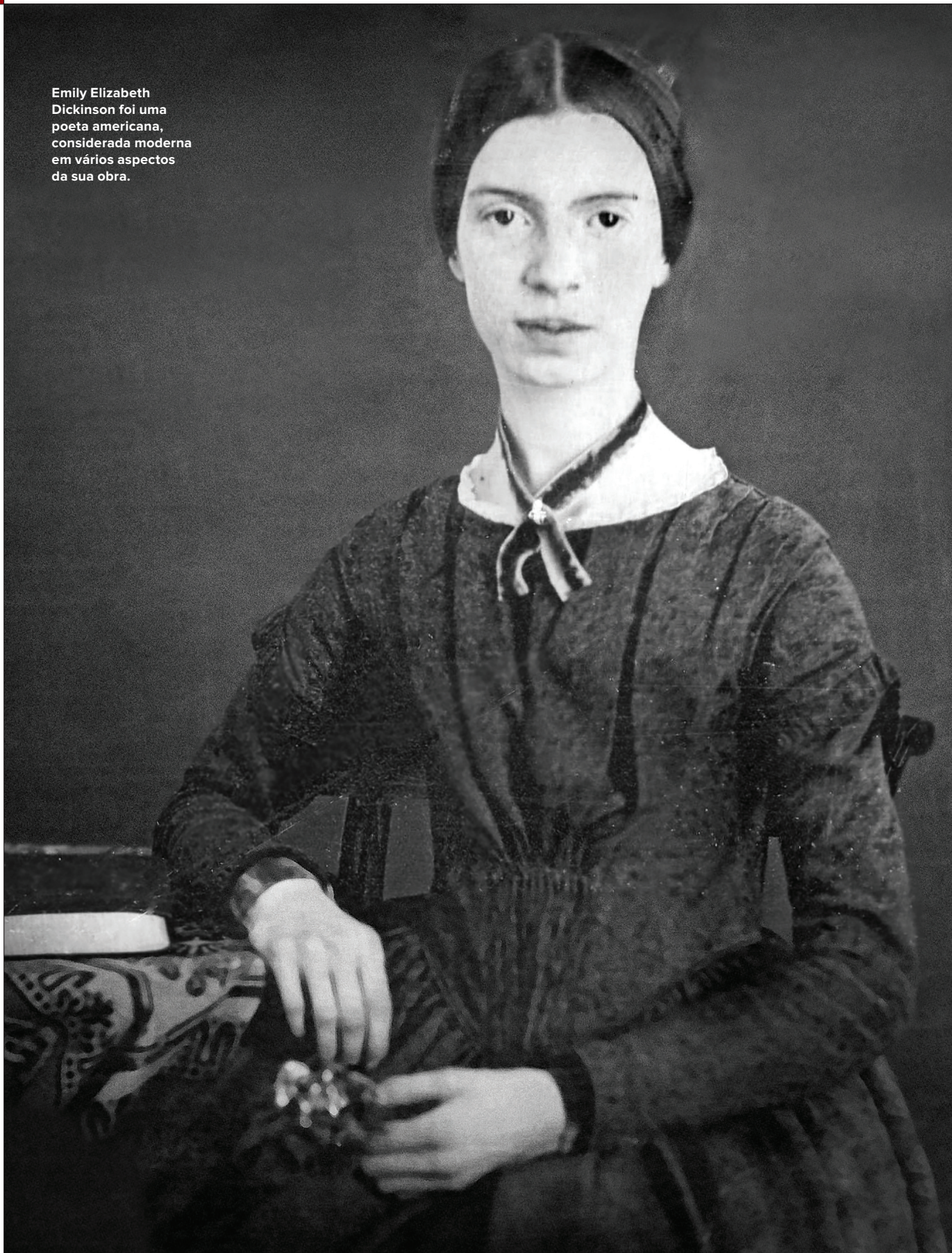
estereotipados (pessoas velhas, rabugentas, deprimidas e que odeiam o que fazem). A verdade é que os documentos de arquivo estão inseridos no nosso dia a dia de uma forma tão imbricada que não se pode conceber sociedade sem arquivo.

O dia deve ser celebrado porque o arquivo não é um simples depósito de documentos velhos. O arquivo é fonte de prova, construtor de identidade, guardião da memória, gestor de informações orgânicas. O arquivo serve à administração pública, à administração privada, ao indivíduo, à comunidade. O arquivo serve a todos. 



Natália Bolfarini Tognoli é professora assistente doutora no curso de Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Câmpus de Marília.

Emily Elizabeth Dickinson foi uma poeta americana, considerada moderna em vários aspectos da sua obra.



Uma via irônica para a poesia moderna

EMILY DICKINSON
SE EXPRESSA
OBLÍQUA E
DISSIMULADAMENTE

Decano dos estudos de Emily Dickinson no Brasil, Carlos Daghljan, professor da Unesp de São José do Rio Preto, reuniu em livro alguns dos artigos que publicou nos últimos anos, dando-lhes a forma de uma investigação sobre a função estrutural da ironia na poesia dickinsoniana. Mas, ao invés de deter-se, como tantos, na mitologia pitoresca de um mistério da Nova Inglaterra, com *Emily Dickinson: A visão irônica do mundo* (Vitrine Literária Editora) ele enfrenta a complexidade intelectual de um lirismo conciso e frequentemente enigmático. É empreitada de alto risco, possível pela familiaridade de mais de cinquenta anos que Daghljan tem com a poesia de Emily Dickinson, depois de ter traduzido muitos de seus poemas, de tê-los estudado de muitos ângulos e organizado esse manancial de diálogos em português que é o site <www.ibilce.unesp.br/emilydickinsoninbrazil> – instrumento indispensável de trabalho para qualquer interessado na matéria.

Por que a ironia? O desafio crítico neste caso é mostrar como as “formas simples” utilizadas – epigramas, “puzzles” ou hinos – não apequenam a ousadia de um lirismo compacto. O sentido extravasa dos poeminhas mostrando o conteúdo intelectual que neles se esconde. A

poesia de Emily Dickinson é sentenciosa, mas paradoxalmente evasiva, cheia de alegorias e figurações de dúbia decifração. Por coquetaria, sarcasmo e/ou agressividade, ela camufla o que está realmente dizendo, levando o leitor a se enredar nos planos deslizantes de sentido. Logo este se conscientiza que aí o dizer é maior que a brevidade da forma, mesmo se inquietando com o fato, próprio de todo escritor radicalmente moderno, de que o conteúdo não lhe dá garantias. Como interpretar o texto quando jocoso e solene aparecem juntos e se alternam, idem humorismo e religião, sarcasmo e sagrado, solenidade e irreverência.

A ironia significa que a escritora se expressa oblíqua e dissimuladamente, tira forças das suas desvantagens e fraquezas formativas. A ironia se dirige a um interlocutor e tem função crítica, mesmo que as suas indicações contextuais e marcadores de intenção sejam pouco visíveis. Portanto é a intenção por trás do fingimento artístico que precisaria ser formulada. É aí que opera o projeto de Daghljan: expor a envergadura, mais que obsessiva, enciclopédica, da ironia na obra da poeta de Amherst, dando a conhecer a gama enorme de assuntos, sentimentos e ideias percorridos por ela, às vezes explícita, às vezes sibilamente. Tal operação demonstra quanto



Emily Dickinson: A Visão Irônica do Mundo, Carlos Daghljan, Vitrine Literária Editora, 220 p., R\$ 40.

uma autora tão intimista, caseira e falsamente limitada, reexamina e transforma o Romantismo, dialoga com o que está se passando nos Estados Unidos nos debates teológicos, nas inovações científicas e comerciais e apresenta a sua vida emocional associada a essas transformações. Mas sem subestimar as máscaras que ela usa e os tons que vão da delicadeza à insolência, da transgressão ao conservadorismo, do esnobismo à simploriedade.

Daghljan estruturou seu livro por degraus que pretendem que a ironia, além de modo de ser, valha como uma visão de mundo (Schlegel costumava dizer que a ironia sempre tende à filosofia). Por isso, cada capítulo aborda um patamar dessa visão: a autoironia, a ironia ao saber, a ironia ao sistema de crenças (o capítulo mais longo), a concepção irônica da natureza, a ironização dirigida à sociedade, a ironia situacional (o capítulo mais ligeiro), a ironia metafísica e a poética como ironia. Basta a enumeração para que logo se perceba que a


A IRONIA DÁ LIVRE CURSO ÀS TRANSGRESSÕES DA POETA, QUE SUSPEITA DA RAZÃO, DA CIÊNCIA E DA RELIGIÃO, SEMPRE DESAFIANDO O PODER, A FORÇA E A AUTORIDADE

beleza nesta poética não se separa da complexidade artístico-intelectual. Cada degrau não prescinde do outro e cada modalidade se cruza com as demais em algum ponto. A arquitetura imaginosa da organização flagra de que modo a poética dickinsoniana não dispensa uma atualização objetiva e um conhecimento detido de seu tempo. A ironia dá livre curso às transgressões da poeta, que suspeita da Razão, da Ciência e da Religião, sempre desafiando o poder, a força e a autoridade. A crítica convencional tende a transformar a agressividade de linguagem num recurso da autoironia, como se a autora andasse em estado perpétuo de sofrimento interior, às voltas com o arrependimento e a incerteza.

Daghljan evitou bastante a referência biográfica, tão absorvente nos scholars norte-

-americanos, e só a traz à colação para elucidar passagens e identificar detalhes. O biografismo por parte da crítica tem sido – é o meu palpite – outra maneira de apequenar a experiência artístico-intelectual de Emily Dickinson, como se tudo que pôde escrever tivesse de vir da restrição da sua vida, e não de uma especulação de formas – como a de qualquer grande artista. O biografismo é um modo de subestimar a capacidade da ironia de condensar referências com liberdade de espírito. A rede conteudista de modalidades de ironia, tecida cuidadosamente por Daghljan, serve, entre outras coisas, para amortecer a pressão conservadora do biografismo.

Cada intérprete valoriza um conjunto poético diferente, o que mostra o quanto uma poética monotônica pode ser variada e surpreendente. Na seleção de textos analisados, Daghljan não repete o repertório-padrão das antologias, preferindo antes poemas de densidade menos lírica, menos epigramáticos, alguns de teor argumentativo, outros enalacrados, menos satisfeitos com a exatidão das fórmulas verbais. Menciono que o capítulo sobre a ironia ao saber foge ao exemplário costumeiro ao eleger um conjunto de poemas pouco abordado.

Vale lembrar que *Emily Dickinson: A visão irônica do mundo* é também uma antologia de poemas em inglês e português, pois a análise dos exemplos é cotejada com o enorme repertório das traduções já existentes em português. Daghljan homenageia os tradutores (“os nobres cules da poesia”, segundo Enzensberger) que verteram tantos textos a partir das mais diferentes experiências e estéticas; além de pessoalmente complementar a tarefa traduzindo poemas jamais traduzidos, alguns particularmente difíceis, densos de referências culturais e sociais. Por exemplo, nunca havia atentado no interesse de “What is – Paradise”, analisado à p.98, que teve para mim a surpresa de uma primeira descoberta. É inevitável que algo deslumbrantemente novo surja a cada leitura de um dos mais fascinantes poetas de todos os tempos e, é preciso dizer, este livro trabalha a favor de uma iluminação desse tipo. 

Vinicius Dantas é poeta, ensaísta e tradutor.




Italianidade no interior paulista

Quando uma obra que aborda um tema bastante estudado e comentado, como é o caso da imigração italiana, provoca o leitor e produz novas indagações, o campo todo se revitaliza e o horizonte de entendimento é ampliado. Tal efeito se verifica em *Italianidade no interior paulista*: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950), lançamento da Editora Unesp, em que Oswaldo Truzzi direciona suas pesquisas para as sutilezas desse processo. Como afirma Angelo Trento no prefácio, o autor “propõe um tema até agora pouco questionado no Brasil pela historiografia imigratória e se interroga sobre os caminhos pelos quais os italianos [...] primeiro constroem e depois assimilam, em um período de setenta anos, uma identidade étnica própria, e sobre como isso incide sobre os descendentes e, até mesmo, sobre a sociedade que os acolheu”.

Truzzi começa por deslocar seu foco da capital para o interior, destino da maior parte dos italianos que aqui aportaram, atraídos pelos incentivos oferecidos pela economia cafeeira. Cabe lembrar que, no começo do século XX, não apenas a maior parte dos italianos estava domiciliada fora da capital, mas, principalmente, que algumas cidades tinham porcentagens altíssimas de italianos em sua população: em 1902, por exemplo, cerca de metade da população de Ribeirão Preto era formada por imigrantes italianos.

Outro aspecto importante é a diversidade

da procedência dos italianos que aqui chegaram. Mesmo que os primeiros imigrantes fossem predominantemente do Vêneto – uma população mais católica que republicana, diferentemente daqueles que rumaram para a Argentina –, logo vieram contingentes expressivos oriundos de regiões do sul da Itália. A essa heterogeneidade, soma-se o fato de o processo de unificação italiano ser então recente. Com isso, a identidade italiana dessas pessoas é construída fora da Itália, em solo brasileiro. Nesse processo, forma-se uma ética do trabalho própria, até então ausente por aqui, e que vai influenciar toda a sociedade brasileira com a perspectiva de que o trabalho é algo a ser valorizado.

É na formação desse sentimento de italianidade que Truzzi amarra a sua narrativa, analisando as relações entre imigrantes e negros e salientando as variadas formas de como esse fenômeno se concretizou, principalmente as diferenças entre as inserções rural e urbana dessas famílias. Segue com os abalos sofridos por essa italianitá all'estero, especialmente diante da emergência do fascismo na Europa e pela política varguista durante a II Guerra Mundial. E chega à década de 1990, quando os descendentes desses oriundi buscam resgatar essa identidade. Para completar, *Italianidade no interior paulista* traz ainda um vasto material iconográfico para consulta e faz uma revisão crítica da bibliografia existente sobre o tema. 



Italianidade no interior paulista – percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)
Oswaldo Truzzi;
137 p., R\$ 38

SOBRE O AUTOR
Oswaldo Truzzi, professor titular da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador do CNPq, dedica-se principalmente ao tema da sociologia e história social das migrações. Pela Editora Unesp, publicou *Patrícios – sírios e libaneses em São Paulo*, *Atlas da imigração internacional em São Paulo (1850-1950)*, *Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo (1850-1950)* e *Repertório da legislação brasileira e paulista referente à imigração*, estes últimos em coautoria.



O gênio inquieto de Leonardo da Vinci

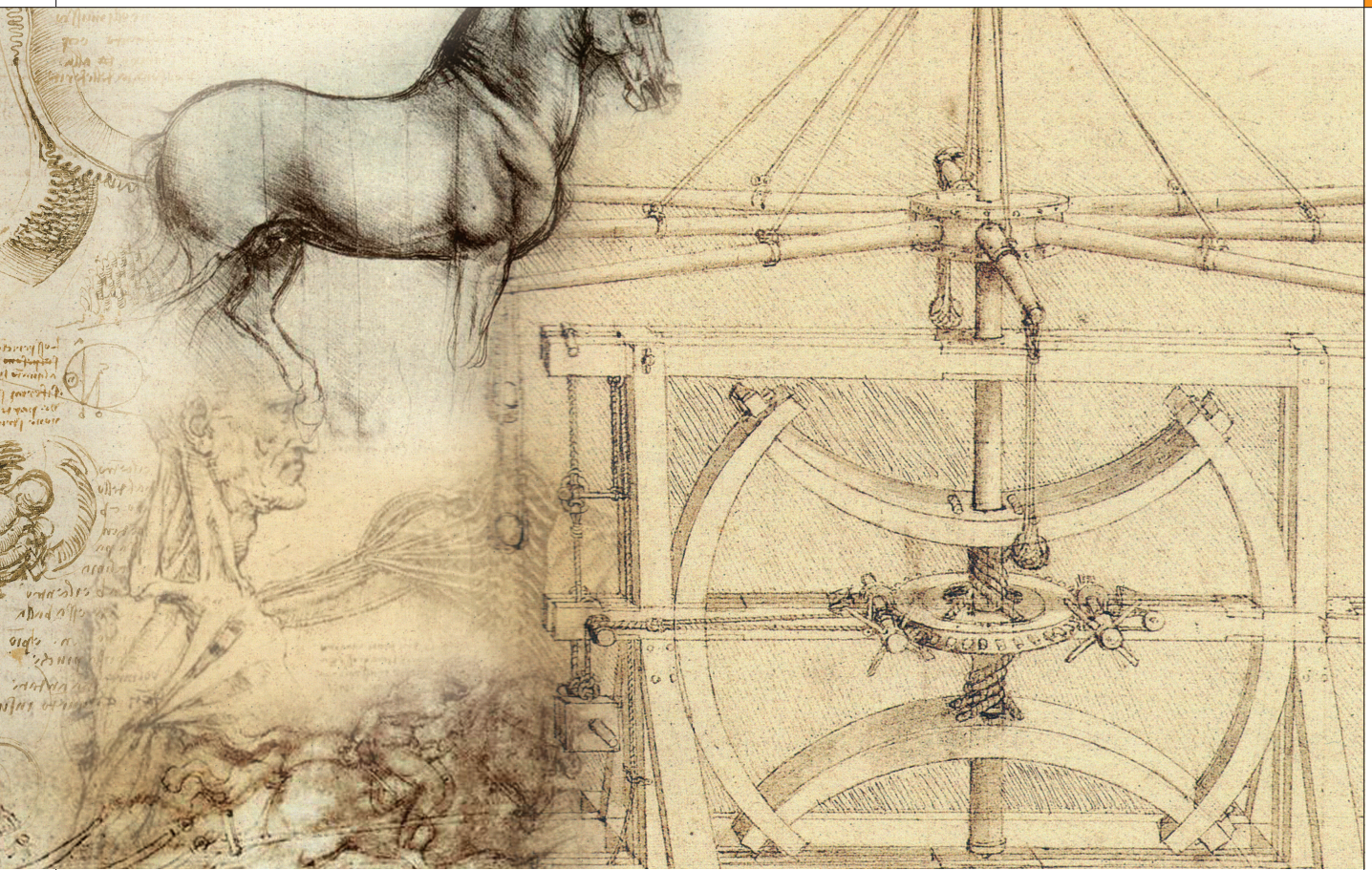
SERIA O
PENSADOR
ITALIANO
"CRIATIVO
DEMAIS" PARA A
NOSSA ÉPOCA?

Em maio de 1519, na França, faleceu um dos maiores gênios que a humanidade (pelo menos o mundo ocidental) conheceu: Leonardo da Vinci, que assim se chamava por ter nascido em Vinci, perto de Florença. Os filmes hollywoodianos, boa parte da mídia e até mesmo as histórias em quadrinhos sempre associaram Leonardo ao famoso provérbio popular: de gênio e de louco todo mundo tem um pouco. Pintor, escultor, projetista de máquinas que a tecnologia existente na sua época jamais poderia ter posto em prática, são tantos os prodígios de talento e de inteligência que a ele se atribuem, assim como tantas são as lendas a ele associadas. Até Freud discorreu sobre as suas opções sexuais. Mas como realmente se manifestava na prática a sua genialidade?

Inicialmente, não custa lembrar que Paolo Rossi (o insigne filósofo da Universidade de Florença, falecido há poucos anos e que não deve ser confundido com o seu homônimo perfeito, jogador de futebol e "carrasco" que determinou a eliminação da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1982), definiu Le-

onardo como um "maravilhoso amador", isto é, como um homem extremamente talentoso, criativo e, sobretudo, inquieto, incapaz de enquadrar e refrear a sua inata genialidade em esquemas metódicos e em metodologias supostamente científicas. A sua intuição excepcional literalmente explodia, e parecia impossível contê-la, orientá-la para uma única e determinada direção.

Poucos lembram, porém, que Leonardo da Vinci foi também escritor. É inegável que o seu incrível talento se concretizava principalmente na pintura e nos inúmeros e incrivelmente precisos e detalhados desenhos, que retratam tanto os mais variados "tipos" de cabeças humanas, quanto a anatomia dos corpos que, dizem, ele mesmo dissecava, tamanha era a sua obsessiva curiosidade por tudo o que era cognoscível. No entanto, quem se dispuser a ler os seus pensamentos, fábulas, profecias e cartas que foram reunidos em um volume que, na versão brasileira, ganhou o título de *Obras literárias, filosóficas e morais* (tradução de Roseli Sartori, São Paulo: Hucitec, 1997),




© imagens de domínio público

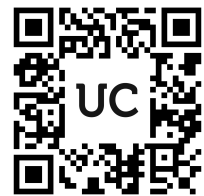
certamente vai se deparar com instigantes exercícios literários que elencam animais, plantas e outros elementos da natureza, associando-os, ainda segundo o uso medieval, a características humanas. Com relação às fábulas, embora soem até mesmo ingênuas atualmente, demonstram a curiosidade incessante do autor que, em poucas linhas, consegue imaginar, por exemplo, que fim levou a aranha que entrou numa fechadura ou a pulga na pele de um cabrito!

Uma das seções do livro é constituída pelas “facécias”. Trata-se de um vasto repertório de anedotas, algumas até mesmo com palavrões e referências explícitas ao sexo, com as quais Leonardo tentava entreter os nobres que o protegiam, sobretudo os que pertenciam à poderosa família Sforza, de Milão. Demonstram claramente o finíssimo senso de humor de um grande artista, desmentindo o caráter sisudo que muitas vezes banalmente se atribui aos grandes sábios.

A seção chamada de “Pensamentos” na versão brasileira sintetiza a inquietação de

Leonardo mencionada no início deste artigo. Em uma dessas reflexões, sem medo algum, ele se declara um “homem sem letras”, com pouco ou nenhum interesse pelo que é especulativo. O desenho e a pintura lhe pareciam muito superiores à arte da escrita, por possuírem objetividade e precisão no registro dos fenômenos naturais, evitando o “relato confuso” e os floreios do escritor, encaixando-se, portanto, perfeitamente no seu revolucionário empirismo. Enfim, ele não apreciava metodologias ou qualquer forma de respeito a regras restritivas que poderiam impedir o fluxo livre da sua imensa criatividade.

Leonardo, portanto, se estivesse entre nós e se tivesse de se submeter aos exames de ingresso para ocupar um cargo de professor universitário ou de pesquisador, seria certamente reprovado. Por quê? Por não possuir metodologia científica e por não respeitar minimamente as regras, nem mesmo as regras gramaticais! Ele seria reprovado, enfim, por ser “criativo demais” para a nossa combatida época. 



Sérgio Mauro é professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.

O pícaro Miguel de Cervantes

CONHEÇA MAIS SOBRE O CRIADOR DO CÉLEBRE DOM QUIXOTE



Capa da primeira edição da primeira parte de *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes. Madrid: Juan de la Cuesta; 1605.

Em abril são celebrados os 400 anos da morte do criador do romance moderno – Miguel de Cervantes Saavedra, autor de *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha*. Cervantes era filho de um cirurgião de Alcalá de Henares, de onde teve que fugir depois de envolver-se em uma briga em que feriu Antonio de Segura, mestre de obras, e foi condenado pelo rei Felipe II a ter a mão esquerda cortada e ser desterrado da Espanha por dez anos (a carta real está preservada no Archivo General de Simancas, Valladolid). A família achou melhor que ele fosse para a Itália e ele acaba servindo na Batalha de Lepanto, na Grécia, onde é ferido no peito e na mão esquerda, que ficará lesionada pelo resto da vida.

Voltando para a Espanha Cervantes é preso pelos turcos e fica cinco anos na masmorra em Argel, até seu resgate ser pago. De 1580 a 1640 Felipe II torna-se o rei de Espanha e Portugal durante a chamada União Ibérica, pois o rei português Dom Sebastião morreu (ou desapareceu) na batalha de Alcácer Quibir, na África, sem deixar herdeiros. Cervantes procura aproximar-se do rei tentando um

lugar em sua corte, vai até Lisboa e por lá fica por dois anos, depois segue Felipe II até Valladolid; nada conseguindo muda-se para a região de La Mancha, casa-se e fica vivendo por aí. Cervantes não teve filhos e costumava viajar muito pelo sul da Espanha, a Andaluzia, ocasião na qual deve ter passado por Consuegra e visto seus famosos moinhos no alto das montanhas. Entre os muitos trabalhos que exercita nesta época está o de cobrador de impostos atrasados, cargo que lhe causa muitos problemas e sua prisão (novamente) em 1597, em Sevilha, pela quebra do banco onde ele havia depositado os impostos recebidos. O governo encontrou várias irregularidades nas prestações de contas de Cervantes e esta parece ter sido a causa da pena, que ele tentou encobrir colocando o dinheiro em um banco que ele sabia que estava mal das pernas. Durante este encarceramento Cervantes começou a escrever *Don Quijote de La Mancha*, cuja primeira parte seria publicada em 1605 e a segunda em 1615, um ano antes de sua morte. Além do *Quijote*, Cervantes publicou outros romances e se destacou na dramaturgia,

com comédias que mostravam as peripécias das “pessoas comuns” para sobreviver. Miguel de Cervantes morreu em 1616, aos 68 anos, em Madri, de complicações de diabete, e seu corpo está enterrado no convento das Trinitarias Descalzas, em tumba desconhecida. Este dado não deve ser ignorado, durante a sua vida e algumas décadas depois Cervantes nunca teve a importância que passou a ter a partir do século XVIII e XIX, sendo considerado, a partir daí, o criador (ou um dos primeiros) do romance moderno.

Como definir este romance moderno? A resposta mais comumente dada por teóricos como Martín de Riquer ou Maria Augusta da Costa Vieira é a de que Cervantes serviu-se de um gênero que estava morrendo – os romances de cavalaria – e fez uma paródia, uma metaficção, mostrando realisticamente as mazelas do cotidiano contemporâneo do Século de Ouro espanhol, com um humor tristonho.


O personagem Alonso Quijano vive num mundo de fantasia. Lendo sem parar livros de cavalaria, acaba tendo problemas em separar a realidade da ficção, o sentimento mais moderno que um personagem pode ter; como exemplo lembremos qual é o problema de Neo (Keanu Reeves) no filme *Matrix* (1999), um devedor da obra de Miguel de Cervantes.

Um dado importante que não pode ser esquecido é o contexto em que o romance nasceu. A Espanha do século XVII era um império onde o sol nunca se punha, pois Felipe II era senhor de terras de Portugal, Espanha, Nápoles, Sicília, Inglaterra e Irlanda, além de todas as colônias nas Américas. A população vivia sob uma mão divina e ditatorial e devia a este regente obediência e muitos impostos, as classes sociais eram muito fechadas e a única opção de progresso era ingressar na máquina real, coisa que a maioria da população, incluindo aqui Cervantes, nunca, ou quase nunca, conseguia. Fundamentais na caracterização desta época são dois livros: *Tirant lo Blanc*, escrita em catalão pelo cavaleiro Joanot Martorell em 1490, e *Lazarillo de Tormes*, livro anônimo de 1554. Martorell mostra a saga

do cavaleiro Tirant (o branco) – atentar para a eugenia explícita do nome, o perfeito herói catalão deveria ser branco (não mouro e nem judeu) – que foi feito cavaleiro na Inglaterra e lutou contra os árabes e semitas nas terras bizantinas. *Tirant* já mostra falta de sintonia com a realidade e com os novos tempos, a sua recepção na Catalunha foi muito boa, mas ele já continha os sinais da morte do gênero. Já *Lazarillo de Tormes* mostra as peripécias de um jovem gatuno e malandro que faz tudo para sobreviver, não morrer de fome e tentar ascender socialmente. O livro escrito cinquenta anos antes do *Quijote* possui um realismo atroz, critica mortalmente a igreja e os nobres falidos, mostrando de maneira exemplar os vícios e hipocrisias da sociedade de então. Miguel de Cervantes, herdeiro desta tradição, transformará esta crítica eschachada em uma

QUIXOTE É MAIS HUMANO QUANTO MAIS DESVAIRADO É SEU COMPORTAMENTO E SUA PERCEPÇÃO DA REALIDADE COTIDIANA

análise sutil e acurada da sociedade espanhola de seu tempo, convertendo seu personagem principal em um representante do sonhador e do idealista que já não tem mais lugar no chamado mundo moderno.

Miguel de Cervantes nos mostra com *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha* que a melhor realidade que existe é a inventada, a ficcional. A mais permanente lembrança é aquela que nos vem pela criação humana, que tem a possibilidade de conter todas as mazelas, dúvidas e sofrimentos da humanidade. Dom Quixote é mais humano quanto mais desvaירado é seu comportamento e sua percepção da realidade cotidiana. A imaginação é muito maior que o mundo real, nela estão contidas todas as histórias e todas as possibilidades de resolução que uma trama possa engendrar, pois ela as contém ontologicamente. Viva Dom Quixote senhor da imaginação desbordante de Miguel de Cervantes Saavedra! 



João Eduardo Hidalgo, doutor em Comunicação pela USP e pela Universidad Complutense de Madrid, é professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, Câmpus de Bauru.

OSCAR D'AMBROSIO



Objeto cerâmico como elemento da cultura

ESTUDO É REALIZADO A PARTIR DA COLEÇÃO DE LALADA DALGLISH, PROFESSORA DA UNESP

Como um objeto cerâmico destaca aspectos que o relacionam com uma determinada cultura? Essa é a pergunta central da tese de doutorado de Camila da Costa Lima defendida no Instituto de Artes da Unesp em São Paulo, SP, com apoio da Fapesp, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo.

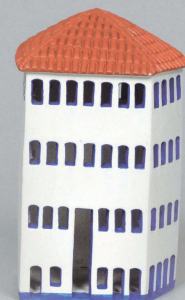
A partir da análise de uma coleção particular, a Coleção Lalada Dalglish, conjunto de cerâmicas reunido pela pesquisadora, professora do IA e colecionadora homônima, a recém-doutora investiga processos, técnicas e conceitos com o objetivo de realizar um diálogo entre a cerâmica e sua localidade de origem.

A pesquisa aborda temas que envolvem desde o colecionismo, passando pelo processo de documentação da Coleção, até os fatores que

influenciam o fazer da cerâmica e definem sua identidade, concluindo com uma série de estudos de caso que envolvem os objetos, ceramistas e locais selecionados dentro do universo estudado.

O trabalho foca elementos relacionados ao objeto cerâmico, enfatizando aspectos particulares da cultura de sua localidade de origem que permeiam a produção e definem suas características. “Trata-se de uma reflexão sobre a produção cerâmica: matérias-primas, temáticas, processos de modelagem e queima, que se desenvolvem com o tempo, construindo tradições e consolidando aspectos que definem a cerâmica de determinado local”, conta Camila.

O conjunto cerâmico denominado Coleção Lalada Dalglish documentado e analisado pela



recém-doutora é constituído por exemplares oriundos de Portugal, Paraguai, Marrocos, EUA, Peru, Espanha, México, Bolívia, China, Japão e distintas regiões do Brasil. Reúne atualmente 1.030 cerâmicas, entre esculturas, potes, vasos, maringas e painéis.

Houve a necessidade de aplicar um processo para levantamento e registro de informações, para somente assim determinar alguns aspectos deste estudo. Optou-se, assim, por empregar um processo de documentação completo, tendo em vista, além de levantar características do conjunto, padronizar a identificação e registro de todas as peças.

Esse processo de documentação é composto por uma série de etapas, que se iniciam com a retirada das cerâmicas de suas embalagens,

passando por sua higienização, pelo restauro de algumas delas, medição e pesagem, registro fotográfico, preenchimento de etiquetas de marcação, fichas catalográficas e lista de inventário. “Trata-se de um processo longo, minucioso e complexo, que demanda um extenso período de tempo e recursos, porém imprescindível para a obtenção de dados precisos, capazes de subsidiar uma análise aprofundada”, aponta Camila.

A observação do conjunto e a análise aprofundada dos dados coletados possibilitaram realizar aproximações entre as cerâmicas e refletir sobre distintos elementos relacionados com sua composição. O percurso possibilitou a estruturação da tese em seis capítulos, que discorrem sobre: definições do que seja cole-



Sequência das etapas de restauro da obra de Zezinha, 72 x 37 x 25 cm, Coqueiro Campo, Minas Gerais, 1997. Organização das partes já limpas, aplicação de cola, união das partes para montagem da área danificada.

ção, colecionadores e funções dos objetos; a coleção em estudo; importância do processo de documentação e suas etapas; dados levantados e sua análise; conceitos envolvidos na produção cerâmica.

Os estudos de caso são: Técnica e estilo na produção cerâmica de Caraí, Minas Gerais: Noemisa Batista dos Santos e Ulisses Pereira Chaves; Preservação de tradições e transformações na produção cerâmica: ceramistas do Vale do Jequitinhonha e dos povos Karajá de

A autora ressalta ter selecionado para objeto de estudo uma coleção nunca antes estudada, guardada por anos, e ser a sua colecionadora também orientadora da pesquisa. “As cerâmicas da Coleção Lalada Dalglisch, à medida que foram sendo analisadas, revelavam memórias, tanto dos fazeres vinculados com sua produção, como sobre a própria formação do acervo”, afirma Camila.

“Neste contato com as peças, confirmou-se o fato comumente encontrado em tantas outras coleções: o forte vínculo da figura do colecionador com o conjunto formado. Ao longo dos estudos, notou-se a relação entre as peças e o histórico de vida da colecionadora, uma vez que cada exemplar remetia a um momento seu: viagens, pesquisas, contato com diversas comunidades. Concomitantemente a essas descobertas, em conversas, também foram obtidas informações complementares, por meio de relatos de experiências e situações envolvidas com a aquisição de diversas cerâmicas. De posse dessas referências, foi possível diagnosticar características da Coleção, identificar peças em maior e menor quantidade, reconhecer a ausência de peças de determinadas tipologias”, acrescenta Camila.

COLEÇÃO LALADA DALGLISH É UM IMPORTANTE CONJUNTO SOBRE A TÉCNICA CERÂMICA, SOBRETUDO A BRASILEIRA POPULAR E INDÍGENA

Tocantins; Casos de produções e reproduções: cerâmica amazônica e da Serra da Capivara; e Representações de figuras humanas e de animais: cerâmicas de Barra do Chapéu e Taubaté.

Como complemento, foi realizado um catálogo fotográfico com imagens das cerâmicas da Coleção Lalada Dalglisch catalogadas até o momento e a lista de inventário com as principais informações sobre cada uma das peças.




© Fotos: Camilla da Costa Lima

O trabalho conclui que a Coleção Lalada Dalglish é um conjunto pertinente para estudos na área da cerâmica, capaz de colaborar para a difusão da técnica e dos diversos saberes que envolvem sua produção e encontram-se diretamente relacionados com uma cultura.

Camila lembra que a grande maioria das cerâmicas estava guardada em caixas desde a sua aquisição (nem mesmo a colecionadora teve contato com a maioria delas após a compra) e o lidar com cada uma, proporcionando a visualização do todo, não havia ocorrido anteriormente. “A reunião de todas as cerâmicas em um mesmo local, de modo acessível, foi uma surpresa até mesmo para a colecionadora, que, após décadas adquirindo e guardando cerâmicas, já tinha até mesmo se esquecido de algumas peças”, menciona Camila.

A pesquisadora conclui que a Coleção Lalada Dalglish é um importante conjunto sobre a técnica cerâmica, sobretudo a brasileira popular e indígena. “Apesar do acervo não abordar com abrangência as variadas tipologias e técnicas, como a da Região Nordeste, por ser evidente em sua constituição o interesse pessoal da colecionadora para seleção das peças, a região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, está

muito bem representada, com grande número de peças, de distintas autorias ao longo de mais de uma década, possibilitando, em alguns casos, observar o desenvolvimento de técnicas e temáticas nas obras de um mesmo ceramista, como no caso das noivas e bonecas de Zezinha, que possui peças produzidas entre os anos de 1994 e 2007”, conclui Camila.

A pesquisadora lembra ainda que, atualmente, apesar de não ser possível o livre acesso do público, a Coleção Lalada Dalglish, reunida no prédio da Unesp no bairro do Ipiranga, em São Paulo, SP, já é consultada para pesquisas e, mesmo as cerâmicas não estando em um ambiente que segue as condições adequadas para conservação, sendo os móveis e instalações insuficientes para acondicionar as peças, até o momento construiu-se uma reserva técnica que abriga todo o conjunto e que pode, futuramente, dar origem a um museu universitário. “Fica a sensação de um importante trabalho ter sido iniciado, pois a preservação de tradições e a difusão de conhecimentos também se estabelecem através de pesquisas, da observação dos objetos oriundos de uma cultura, do levantamento e registro de informações de uma coleção”, declara. 

Parte da Coleção Lalada Dalglish – Reserva Técnica, Edifício da Unesp, Ipiranga, São Paulo – dez./2015.



Dia da Europa

TEXTO REPENSA
O CONTINENTE
NUM CONTEXTO
DE CRISE

Dia 9 de maio celebra-se o Dia da Europa. A data escolhida lembra a “Declaração Schuman”, proferida em 9 de maio de 1950 em Paris, pelo então ministro das Relações Exteriores da França, Robert Schuman. Essa declaração propõe o estabelecimento de um mercado comum do carvão e do aço na Europa e prepara as bases da futura cooperação europeia. Ao lado, alguns trechos dessa declaração.

Após a Declaração Schuman, a poucos anos do fim da Segunda Guerra Mundial, que tinha provocado mais de 50 milhões de mortos em solo europeu, e quase destruídas, as economias de muitos países, vencedores e vencidos, a saber, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e República Federal da Alemanha, fundam, em 1951, a primeira de

uma série de instituições europeias que levarão à criação da União Europeia: a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), tendo como objetivo principal o estabelecimento de um mercado comum do carvão e do aço, objetivo anunciado na referida declaração.

Qual o sentido de celebrar hoje na Europa essa data importante? Abalados pela crise econômica e por vagas de imigrantes clandestinos, que parecem não ter fim, os europeus questionam o papel da Europa.

Entendemos que, para que a União Europeia possa superar esse momento de crise, faz-se necessário recolocar as políticas sociais, a geração de emprego e a manutenção do welfare em primeiro lugar, estimulando um crescimento que seja, de fato, sustentável e duradouro. [UC](#)



© Perels / Pixabay

"A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criadores à medida dos perigos que a ameaçam.

A contribuição que uma Europa organizada e viva pode dar à civilização é indispensável para a manutenção de relações pacíficas. A França, ao assumir-se desde há mais de 20 anos como defensora de uma Europa unida, teve sempre por objetivo essencial servir a paz. A Europa não foi construída, tivemos a guerra.

A Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de fato. A união das nações europeias exige que seja eliminada a secular oposição entre a França e a Alemanha. Com esse objetivo, o Governo francês propõe atuar imediatamente num plano limitado, mas decisivo.

O Governo francês propõe subordinar o conjunto da produção franco-alemã de carvão e de aço a uma Alta Autoridade, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa.

A comunitarização das produções de carvão e de aço assegura imediatamente o estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento econômico, primeira etapa da federação europeia, e mudará o destino das regiões durante muito tempo condenadas ao fabrico de armas de guerra, das quais constituíram as mais constantes vítimas.

A solidariedade de produção assim alcan-

çada revelará que qualquer guerra entre a França e a Alemanha se tornará não apenas impensável como também materialmente impossível. O estabelecimento desta poderosa unidade de produção aberta a todos os países que nela queiram participar, que permitirá o fornecimento a todos os países que a compõem dos elementos fundamentais da produção industrial em idênticas condições, lançará os fundamentos reais da sua unificação econômica.

Esta produção será oferecida a todos os países do mundo sem distinção nem exclusão, a fim de participar na melhoria do nível de vida e no desenvolvimento das obras de paz. Com meios acrescidos, a Europa poderá prosseguir a realização de uma das suas funções essenciais: o desenvolvimento do continente africano. Assim se realizará, simples e rapidamente, a fusão de interesses indispensável à criação de uma comunidade econômica e se introduzirá o fermento de uma comunidade mais vasta e mais profunda entre países durante muito tempo opostos por divisões sangrentas.

Esta proposta, por intermédio da comunitarização de produções de base e da instituição de uma nova Alta Autoridade cujas decisões vincularão a França, a Alemanha e os países aderentes, realizará as primeiras bases concretas de uma federação europeia indispensável à preservação da paz."

Fonte: <<http://goo.gl/y2OnmK>>.



Maurizio Babini é professor da Unesp de São José do Rio Preto.

VANDERLAN BOLZANI



Academia Brasileira de Ciências completa 100 anos

DISCURSO DE PROFESSORA DA UNESP SAÚDA OS EMPOSSADOS

Vanderlan Bolzani, professora titular do Instituto de Química (IQ) da Unesp de Araraquara, membro da ABC (Academia Brasileira de Ciências) e vice-presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), realizou, dia 2 de maio, no Rio de Janeiro, o Discurso de Saudação aos novos membros eleitos para a ABC, entre eles Sidney Ribeiro Lima, do IQ. O evento se inseriu ainda nas comemorações dos 100 anos da instituição. Leia a íntegra do texto:

Sra. Ministra do MCT&I, Sra. Emília Ribeiro Curi, em seu nome saúdo todas autoridades presentes e membros da mesa, caríssimos presidentes da ABC, professores Jakob Palis e Luiz Davidovich, em nome dos quais saúdo todos os colegas acadêmicos, senhoras, senhores, tenham uma boa noite!

Ao iniciar esta saudação gostaria de agra-

decer à ABC o honroso convite para dar as boas-vindas aos colegas recém-eleitos. Vocês ingressam na Academia em um momento muito especial. Momento marcado por uma grande emoção, pois esta instituição celebra cem anos de sua criação.

A data é revestida de grande simbolismo para nós cientistas e, com certeza, para o nosso país, pois esta Academia, ao longo de sua trajetória, foi protagonista de avanços marcantes na nossa educação, ciência, tecnologia e inovação.

Sempre à frente nos debates das políticas nacionais de aprimoramento do conhecimento, nossa academia vem provendo o país de ideias e ferramentas para a melhoria da educação e o avanço da ciência com criatividade e pensamento ético, desde a sua criação.

Dar continuidade a este legado agora é tarefa dos novos e bem-vindos colegas acadêmicos.

Caberá a vocês também a histórica missão da Academia de apontar caminhos para o país, nas suas áreas de competência.

A atuação dos colegas que chegam é mais necessária do que nunca. São muitas as mudanças no cenário político e econômico mundial. Fala-se na 4.^a revolução industrial, que foi, aliás, o tema do Fórum Econômico Mundial deste ano. Ela é fruto dos avanços em campos estratégicos da ciência, como genética, nanotecnologia, biotecnologia, inteligência artificial e robótica. Nós cientistas temos enorme responsabilidade, qual seja, a de prover a ciência que o Brasil necessita para a sua inserção nessa nova revolução industrial.

Talvez possamos encontrar as respostas no nosso trabalho científico, tão bem colocado na obra *A Riqueza e a Pobreza das Nações*: Por que algumas são ricas e outras tão pobres, do respeitado economista David Land. A dinâmica de crescimento e riqueza de uma nação sempre esteve centrada no conhecimento, resultado de um sistema sólido de educação em todos os níveis e de uma ciência robusta em todas as áreas.

Historicamente, o Brasil se destacou como um país com grande capacidade de inovar na agricultura, aeronáutica, exploração do petróleo, que foram áreas onde havia massa crítica de conhecimento, com base sólida no binômio ensino e pesquisa. Foi esse lastro de pesquisa básica de excelência que gerou tecnologia e riqueza e destacou o Brasil entre os demais países da América do Sul. Muitos dos senhores e senhoras que estão aqui foram e são protagonistas desse processo.


Neste início de século, a tarefa de analisar cenários complexos e sinalizar caminhos com base em nosso conhecimento é particularmente desafiadora. Para ilustrar essa reflexão gostaria de citar o professor George Whitesides, da Harvard University, autor do brilhante artigo *Reinventando a Química*, publicado no ano passado.

Ele nota que após décadas de evolução como geradora de soluções industriais, a química se depara hoje com a necessidade de se reinven-

tar e de mais interação com outras disciplinas. Podemos dizer que essa necessidade de renovação está presente em muitos campos da ciência e exige de nós uma nova compreensão do mundo. Além de muita desenvoltura para explicar sua importância a governantes e à sociedade.

O mesmo texto de Whitesides traz uma reflexão muito interessante no nosso contexto atual, que eu gostaria de compartilhar com vocês. Ele retoma a questão pesquisa básica e aplicada que, em sua análise, mostra-se como uma falsa questão. O que deve ser privilegiado com os recursos sempre escassos, a ciência básica ou a ciência aplicada? Para responder, recorre ao exemplo de Pasteur que, ao mesmo tempo, criou novos campos da ciência e com eles resolveu problemas práticos como a imunização através de vacinas. Para Pasteur, não havia distinção entre ciência básica e aplicada, mas apenas boa aplicação da ciência. O que dizer então de Max Planck, Einstein, Heisenberg, Schroedinger, Linus Pauling cujas pesquisas básicas sobre mecânica quântica sedimentaram as bases para o mundo tecnológico que os sucedeu?

Que o centenário desta casa vise o firme compromisso de todos para planejarmos o futuro com o lastro de nosso legado científico. E que a partir de agora conta com vocês, novos acadêmicos. Antes de concluir, me dirijo às cientistas mulheres. Hoje, não obstante um horizonte cheio de oportunidades para as mulheres de todos os cantos e profissões, somos apenas 30% da ciência mundial. Mesmo com o trabalho incansável do nosso querido presidente Jacob Palis, entre os membros acadêmicos da ABC, só 16% são mulheres. Este quadro requer de todos os acadêmicos uma profunda reflexão, dos antigos e dos que hoje ingressam, para reverter este quadro.

Encerro, evocando Fernando Pessoa, meu escritor preferido. “O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”. 



Vanderlan Bolzani é professora titular do Instituto de Química da Unesp de Araraquara, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).





HOMENAGEM A ÉRIK SATIE

Genial, excêntrico, irônico, polêmico, bem-humorado, extravagante, são alguns dos adjetivos atribuídos ao compositor francês Érik Satie, que no dia 17 de maio comemorou 150 anos de nascimento.

Para celebrar a data, os professores e alunos de piano do Instituto de Artes (IA) da Unesp, Anna Cláudia Agazzi, Danieli Longo Benedetti, Nahim Marun, Iracele Livero, Anne Feitosa, Leonardo Passarelli, Vinícius Costa, Felipe Mello e Diógenes Junior, realizaram, no IA, em São Paulo, SP, homenagem ao compositor com a montagem de sua composição *Vexations*.

Composta em 1893, após o rompimento com a artista plástica Suzanne Valadon, único relacionamento amoroso da vida do compositor e fato que levaria Satie a uma profunda tristeza e solidão, *Vexations* é uma composição simples com uma particularidade: uma nota, deixada pelo compositor na partitura, indicando que a peça seja repetida ininterruptamente por 840 vezes.

Veja reportagem em vídeo:

<<https://www.youtube.com/watch?v=HHXUTo3MKzM>>.



© Arquivo pessoal



Érika de Moraes, doutora em Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, é professora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp de Bauru.

Este artigo foi publicado originalmente no *Estadão Noite* de 3 de maio de 2016.

Língua, ideologia e empoderamento

O Dia da Língua Portuguesa (5/5) é uma oportunidade para refletirmos sobre o significado social e político da linguagem em nossas vidas. Língua (não só a portuguesa) não se resume a um conjunto de normas de padronização (embora tais normas tenham funções importantes em termos de unidade e historicidade).


Dizer que a língua não se resume às normas não implica negá-las ou minimizar a importância de aprendê-las, mas mostrar que seu conceito é muito mais amplo. Tomemos como exemplo o tema da aprovação, por deputados do Estado de Alagoas, de lei que obrigaria professores a manter “neutralidade” em sala de aula, impedindo-os de “doutrinar” alunos em assuntos políticos, religiosos e ideológicos. Além da inconstitucionalidade, que pode ser discutida em âmbito jurídico, tal lei parte de um pressuposto equivocado, o de que existiria uma forma de linguagem desprovida de ideologia.

Com o nome “Escola Livre”, uma lei como essa, a rigor, imprime a censura nas salas de aula. Assim como a censura durante a ditadura militar instituía-se de forma arbitrária, somente por meio da arbitrariedade é possível decidir o que é ou não ideológico do ponto de vista linguístico-discursivo. Para quem se alinha a uma ideologia mais à direita, propostas voltadas ao social, à abertura de oportunidades mais igualitárias são vistas como ideológicas, esquerdistas, assistencialistas. Já para quem se identifica com ideias mais à esquerda, qualquer proposta que faça lembrar argumentos da direita – um exemplo, a defesa da meritocracia – será vista como equivocada e demonizada.

Ora, qual a ideia certa? Qual a errada? Equi-

vocado é acreditar que exista uma visão ideológica, outra neutra. Errado, de um ponto de vista teórico-científico, é supor que exista alguma maneira de interagir com a língua desprovida de ideologia. Digo interagir (e não usar) porque a língua não é mera ferramenta, é elemento constitutivo da identidade dos sujeitos. É por meio dela (seja qual for o idioma) que o ser humano significa sua própria existência e o mundo ao seu redor. É por isso que o domínio pleno da língua materna é empoderador. E, provavelmente, é pela mesma razão que a valorização do ensino e do professor seja tão precária em nosso país (é preciso vontade política de empoderar).

Num Estado democrático e laico, os pensamentos religiosos e políticos devem ser livremente debatidos e opiniões divergentes devem ser respeitadas. Acreditar, porém, que existam argumentos neutros é pura falácia. A língua não é um instrumento promotor de ideologia, ela é ideologia, é vida. E isso não é um mal, é uma característica, da mesma natureza que o respirar. É redundante, portanto, dizer que alguém se comunica ideologicamente por meio da língua.

Em celebração ao Dia da Língua, tento mostrar que ela é assunto muito mais interessante – sério e necessário – do que fazem parecer os simples lamentos de que a maltratamos com concordâncias equivocadas. Não defendo equívocos normativos – em cerca de doze anos de ensino fundamental e médio, as escolas deveriam ter condições para corrigi-los. Mais grave, porém, é essa visão deturpada do que seja linguagem, a exemplo de como a veem os deputados de Alagoas. Infelizmente, eles não estão sozinhos. 

A grande estratégia do Brasil

Celso Amorim

Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do embaixador Celso Amorim quando no Ministério da Defesa, de agosto de 2011 a dezembro de 2014. Em comum, a ideia de que, no Brasil, política externa e política de defesa devem se coadunar em uma grande estratégia de defesa do interesse nacional e de promoção da paz. Modernização das Forças Armadas, fortalecimento da indústria nacional de defesa, capacitação tecnológica nacional, cooperação de defesa com os parceiros da América do Sul e do Atlântico Sul e colaboração do país com as Nações Unidas são alguns dos temas abordados.



398 páginas | **R\$ 31**

Dao De Jing

Escritura do Caminho e escritura da Virtude com os comentários do Senhor às Margens do Rio Laozi

Tradução, notas, variantes e seleção de textos:
Giorgio Senedino

Clássico do pensamento chinês, *Escritura do Caminho e escritura da Virtude com os comentários do Senhor às Margens do Rio*, mais conhecido pelo seu título original *Dao De Jing* (ou *Tao Te Ching*), ganha tradução inédita em língua portuguesa, com um enfoque particular: tornar mais compreensível a complexa cultura da China possibilitando uma visão de como seu povo percebe o mundo.

Laozi, o possível autor do *Dao De Jing*, é um dos três principais entre os primeiros pensadores chineses. Ele, ao lado de Confúcio e Mozi, criou as visões de mundo e atitudes que influenciaram a cultura chinesa por milênios.

Seu texto de apenas 5 mil caracteres é acompanhado dos comentários de Heshang Gong, o Senhor às Margens do Rio, personagem dono de uma biografia tão mistificada quanto a do próprio Laozi. Trata-se de uma versão integral de um dos três textos-base para a interpretação do *Dao De Jing*. Foram também traduzidos os trechos mais relevantes do prefácio de Ge Xuàn (164 –244) e breves notas biográficas escritas por Sima Qian (145 a.C. – 90 ou 85 a.C.), o primeiro grande historiador chinês.

Já a apresentação do sinólogo e diplomata brasileiro, Giorgio Senedino, intitulada “Laozi e a história das ideias na China”, introduz ao leitor o *Dao De Jing*, e o guia pelo labirinto de crenças, práticas e instituições ligadas à história daquele país.

579 páginas | R\$ 128

